



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ELIOMAIK SOUSA BARROS

**CONCEPÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS ACERCA DA
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
APONTAMENTOS NECESSÁRIOS**

Tocantinópolis/TO
2020

ELIOMAIK SOUSA BARROS

**CONCEPÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS ACERCA DA
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
APONTAMENTOS NECESSÁRIOS**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Fabíola Andrade Pereira

Tocantinópolis/TO
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B277c Barros, Eliomaik Sousa.
Concepções teóricas e práticas acerca da alfabetização e letramento:
apontamentos necessários. / Eliomaik Sousa Barros. – Tocantinópolis, TO,
2020.

76 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2020.

Orientadora : Fabíola Andrade Pereira

1. Educação. 2. Letramento. 3. Alfabetização. 4. Escrita. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

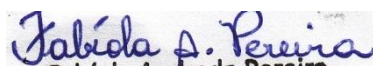
ELIOMAIK SOUSA BARROS

CONCEPÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 14 / 08/ 2020

Banca Examinadora



Prof.^a Dra. Fabíola Andrade Pereira, UFT



Prof. Dr. Raimundo Nonato, de Pádua Câncio, UFT



Prof. ^aMSc. Zian Karla Barros Vasconcellos, UFT

Tocantinópolis, 2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força, saúde e ânimo para superar as dificuldades advindas do processo de escrita desse trabalho.

Aos meus familiares, que não mediram esforços nessa caminhada acadêmica.

A Universidade Federal do Tocantins- Campus de Tocantinópolis, seu corpo docente, direção, administrativo e limpeza que me oportunizou vislumbrar um horizonte superior e galgar maiores conquistas.

Ao professor Jeferson Gracioli pelas palavras de incentivo.

A minha orientadora Fabíola Andrade pelo empenho, dedicação, tempo e puxões de orelha, que muito me ajudaram no curso e na escrita do trabalho.

A banca examinadora, professora Zian e professor Nonato pela atenção dedicada ao trabalho, e as contribuições realizadas.

Aos meus colegas e amigos Dolores, Edilayne, Marcelo, Valéria e Joice pela força e boas vibrações durante o processo deste trabalho.

E, por fim, os meus pais, por serem os melhores pais do mundo. A ajuda de sempre, o suporte econômico, emocional, não deixando as barreiras e dificuldades acabarem com o sonho de um curso superior e por serem os melhores pais do mundo.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso traz como elemento central de reflexão a alfabetização e o letramento. Busca “de forma objetiva” analisar as concepções e as reflexões teóricas acerca da inter-relação entre Alfabetização e Letramento, para compreender a relevância de se alfabetizar letrando. De maneira específica, pretende-se compreender o percurso histórico da alfabetização e do letramento no Brasil, investigar a ideia de letramento para professores alfabetizadores das escolas pesquisadas e compreender a importância do professor no processo de alfabetização e letramento. Metodologicamente, o trabalho está pautado na realização de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A primeira ocorreu por meio de livros e artigos que abordam a temática da Alfabetização, Letramento e Práticas Pedagógicas observando-se aspectos que possibilitem discussões acerca do tema proposto, a exemplo dos estudos de Leite e Colello (2010); Carvalho (2009); Soares (2010); Almeida (2009); Ferreiro e Teberosky (1999); Lemle (2001); Carvalho (1995). A segunda (pesquisa de campo) se fez por meio da aplicação de um questionário com perguntas de múltipla escolha e abertas direcionados a professores e coordenadores que atuam em duas escolas da cidade de Tocantinópolis-TO, quais sejam: a Escola Municipal Professor Antônio Farias e Escola Municipal Walfredo Campos Maia. Por meio da pesquisa de campo foi possível perceber que há por parte dos professores e coordenadores uma percepção crítica acerca do assunto. Assim, a comunicação e o uso da leitura e escrita em diferentes contextos sociais são atribuições que o letramento “desperta” no educando, o que aponta que a relevância de se alfabetizar letrando está relacionada a um caráter social, de percepção política e grupal, e não apenas a um decodificar e codificar de letras ou palavras. Portanto, alfabetizar letrando significa ir além do usual ensinar a ler e escrever, é se utilizar dos mais variados textos narrativos, receitas e utensílios do cotidiano, para demonstrar que a escrita e a leitura possuem uma utilidade e função expressiva na vida das pessoas.

Palavras chave: Letramento. Alfabetização. Leitura. Escrita.

ABSTRACT

The present work of conclusion of the course brings literacy and literacy as a central element of reflection. It seeks “objectively” to analyze the conceptions and theoretical reflections about the interrelationship between Literacy and Literacy, to understand the relevance of literacy literacy. Specifically, it is intended to understand the historical path of literacy and literacy in Brazil, to investigate the idea of literacy for literacy teachers in the schools surveyed and to understand the importance of the teacher in the process of literacy and literacy. Methodologically, the work is based on conducting bibliographic research and field research. The first occurred through books and articles that address the theme of Literacy Literacy and Pedagogical Practices, observing aspects that allow discussions about the proposed theme, like the studies by Leite and Colello (2010); Carvalho (2009); Soares (2010); Almeida (2009); Ferreiro and Teberosky (1999); Lemle (2001); Carvalho (1995). The second (field research) was carried out through the application of a questionnaire with multiple choice and open questions addresses to teachers and coordinators who work in two schools in the city of Tocantinópolis-TO, namely: the Municipal School Professor Antônio Farias and the Municipal School Walfredo Campos Maia. Through field research it was possible to perceive that there is a critical perception on the part of teachers and coordinators on the subject. Thus, communication and the use of reading and writing in different social contexts are attributions that literacy “awakens” in the student, which points out that the relevance of literacy literacy is related to a social character, of political and group perception, and not just decode and encode letters or words. Therefore, literacy literacy means going beyond the usual teaching to read and write, it is to use the most varied narrative texts, recipes, and reading have a useful and expressive function in people’s lives.

Key-words: Literacy. Literacy. Reading. Writing

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Exemplos de escrita Nível 1.....	49
Figura 2- Exemplos de escrita Nível 2.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Métodos de Alfabetização.....	30
Tabela 2- Principais Características.....	30
Tabela 3- Método Sintético.....	31
Tabela 4- Método Analítico.....	31
Tabela 5- Atitudes e procedimentos no processo de Alfabetização.....	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Problema de pesquisa.....	14
1.1.1	Hipótese.....	14
1.1.2	Justificativa.....	14
1.2	Objetivos.....	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	Metodologia.....	15
1.3.1	Procedimentos Metodológicos.....	16
1.4	Estrutura da Monografia.....	18
2	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO, UMA IDÉIA INICIAL.....	19
2.1	A escrita.....	19
2.2	Leitura.....	21
2.3	A alfabetização (historicizar sem esquecer da psicogênese da língua escrita).....	22
2.4	Métodos de Alfabetização.....	25
2.4.1	Soletração.....	26
2.4.2	Silabação.....	26
2.4.3	Fônico.....	27
2.4.4	Métodos analíticos globais.....	29
2.4.5	Método analítico sintético.....	30
2.5	O Letramento.....	32
2.6	Letramento, ou letramentos?.....	34
3	O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR EM UMA	38

	PERSPECTIVA DE LETRAMENTO.....	
3.1	Escola como ambiente propulsor de letramento.....	38
3.2	O professor e sua função na perspectiva do alfabetizar letrando.....	40
3.2.1	Procedimentos e atitudes do professor alfabetizador.....	44
3.3	Conceitos e diretrizes importantes para a formação do alfabetizador	48
3.4	Atividades que auxiliam na percepção dos usos da escrita e da leitura	53
4	O LETRAMENTO NO COTIDIANO ESCOLAR.....	56
4.1	Lócus da Pesquisa.....	56
4.1.1	Escola Municipal Professor Antônio Farias.....	56
4.1.2	Escola Municipal Walfredo Campos Maia.....	57
4.1.3	Os sujeitos envolvidos na pesquisa: professores e coordenadores.....	57
4.1.4	Perfil e caracterização das coordenadoras.....	58
4.1.5	Perfil e caracterização dos professores.....	59
4.2	Dados do questionário: análises e discussões preliminares.....	59
4.2.1	Análise questionário coordenador (a).....	60
4.2.2	Análise questionário professor (a).....	64
5	Considerações Finais.....	68
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICES.....	72

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização está muito ligada ao analfabetismo, pois ela se caracteriza pelo ato de tornar o indivíduo apto a ler e a escrever. Segundo Haddad e Pierro (2000), no final do Império, 82% da população com idade superior a cinco anos se encontrava analfabeta, o que demonstra que esse fato constitui uma herança trazida de muito tempo.

Os dados atuais apresentam uma melhora, mas demonstram que políticas públicas devem ser estimuladas no país, por conta do alto quantitativo de pessoas que se encontram analfabetas. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que é uma pesquisa em amostra de domicílios brasileiros que investiga características sociais e econômicas da população, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade, no Brasil, em 2017, é de 7,0%.

Em números absolutos, esse percentual representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. Analisando esse número por regiões, verifica-se que a região Nordeste registra a maior taxa de analfabetismo entre as regiões 14,5%, seguida da região Norte 8,0%, Centro Oeste 5,2% e Sul e Sudeste 3,5% cada. Esses números refletem uma certa concentração de sujeitos analfabetos em uma dada região do país, o Nordeste, o que demonstra a continuidade de diferenças regionais relativas a incentivo econômico, social e de políticas governamentais.

Por meio desses dados, percebemos o quanto a questão da alfabetização é importante no país. E diante disso trago o pensamento de Magda Soares (2010, p. 31) sobre a alfabetização: “Alfabetização é a ação de alfabetizar, de tornar alfabeto”. E o que seria esse alfabetizar para Soares (2010, p. 31): “Alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever”.

A partir desses conceitos, verificamos que a alfabetização está relacionada ao ato de tornar o indivíduo apto a ler e a escrever. E será que apenas ler e escrever bastam em uma sociedade em constante transformação?

A sociedade em que hoje vivemos, baseada no avanço tecnológico e por estar em profunda modificação: velocidade de notícias e o progresso de novas tecnologias, reivindica que os indivíduos além de lerem e escreverem, possam adquirir competência para usar a leitura e a escrita no seu dia a dia, como: ler livros, jornais, revistas, informações no computador, e escrever mensagens nas redes sociais e-mails. Processo que Leite e Colello

(2010) consideram como grafocentrização, ou seja, um movimento em que a escrita se tornou progressivamente mais presente nas relações sociais, econômicas e culturais.

Sendo assim, uma alfabetização arraigada em um aprendizado meramente mecânico e que oferece subsídios teóricos e metodológicos de apenas decodificar e codificar palavras e frases se mostrava insuficiente para atender as demandas de uso da leitura e escrita no cotidiano dos indivíduos.

Assim, compete às escolas pensarem uma proposta pedagógica que viabilize aos sujeitos, o conhecimento das diversas funcionalidades da leitura e da escrita, incorporando as suas práticas no envolvimento cotidiano e auxiliando o mesmo em diferentes ações ao longo da sua vida.

Na década de 1980, surge então o termo letramento, uma versão para o Português da palavra da língua inglesa literacy (do latim littera “letra”, com o sufixo – cy) que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. Soares (2010, p.39) afirma que “Letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita”. Verifica-se que com esse conceito se expande a ideia de alfabetização, não se resumindo em decodificação de sons e letras, e sim na compreensão do significado da palavra e o seu uso em variadas circunstâncias. De antemão, para aprender a escrever é preciso aprender a ler, e vice-versa, o que demonstra uma complementariedade entre alfabetização e letramento

Nesse mesmo período histórico uma importante obra acadêmica revoluciona a discussão acerca da alfabetização, pois Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999) apresentam os resultados de uma pesquisa, na qual descrevem o processo de aquisição de leitura e escrita para crianças de 4 a 6 anos. As autoras deslocam, assim o foco de como se ensina (professor) para como se aprende (aluno), abordando que as crianças mesmo antes de chegarem à escola, possuem ideias e fazem hipóteses sobre o código escrito.

Diante dessa ponderação, sabe-se que um espaço que possui esse papel de alfabetizar a criança é a escola. Nesse sentido, importa questionar: quais estratégias a escola tem utilizado para promover práticas de letramento? Será que se ensinam as crianças a ler com o auxílio de diferentes gêneros textuais, histórias em quadrinho, receitas, dinâmicas de leitura? Ou por meio de uma forma, mecânico e inconsciente? O professor alfabetizador conhece o que significa letramento? A escola possui subsídios (utensílios, objetos, formação continuada) que auxiliem no letramento?

Essas são questões que nos direcionam a um olhar mais atento acerca desse processo, posto que alfabetizar crianças, adolescentes ou adultos tem sido prioritariamente uma tarefa

do professor. O mesmo é essencial nesse processo de aquisição da leitura e da escrita, pois é ele quem elabora as atividades que favoreçam o contato do sujeito com essas práticas.

Nessa perspectiva Leite e Colello (2010, p. 25): “[...] refere-se ao papel do professor, situado como um elemento facilitador para as relações que devem ocorrer entre as crianças e a escrita”. O professor, nesse caso é o mediador entre a cultura letrada acumulada e o seu aprendiz, uma espécie de ponte que leva os alunos a construírem os conhecimentos marcados pela escrita.

As questões citadas anteriormente se encontram muito atuais em nosso cotidiano e a busca por possíveis respostas são de suma importância para se compreender que o uso prático e social da leitura e escrita deve ser objeto de reflexão constante.

1.1 Problema de pesquisa

A partir do que foi exposto, indaga-se ainda: qual a importância de se alfabetizar as crianças na perspectiva do letramento?

1.1.1 Hipótese

Destarte, esta pesquisa busca confirmar a hipótese de que: ao se alfabetizar letrando, o sujeito além de decodificar as letras percebe o seu uso prático e social, se expandindo sua concepção acerca da leitura e escrita.

1.1.2 Justificativa

A realização de uma pesquisa com esse cunho temático se mostra importante, dado que as determinações de leitura e escrita mudaram, se exigindo um sujeito que saiba interpretar as coisas e fazer uso social e escrito da língua.

Convém aclarar diante de todos os apontamentos feitos que o contato com esta temática, se deu por meio da disciplina “Alfabetização e Letramento” no curso de Pedagogia da UFT, Campus de Tocantinópolis. Por meio dela pude perceber o quanto o seu debate é pertinente. A partir desse fato, o interesse por tal temática ficou mais avivado, no sentido de se perceber que há a possibilidade de se alfabetizar por meio de um uso prático e social da escrita, o qual compreendi a sua importância.

Saber a importância do letramento na alfabetização é indispensável hoje em dia, e quanto mais obras acadêmicas, livros e reportagens forem produzidos acerca desse tema, um maior número de pessoas conhecerão essa perspectiva de leitura e escrita.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as concepções e as reflexões teóricas acerca da inter-relação entre Alfabetização e Letramento, para compreender a relevância de se alfabetizar letrando.

1.2.2 Objetivos Específicos

De maneira específica, pretende-se compreender o percurso histórico da alfabetização e do letramento no Brasil, investigar a ideia de letramento para professores alfabetizadores das escolas pesquisadas e compreender a importância do professor no processo de alfabetização e letramento

1.3 Metodologia

Buscando analisar a temática apresentada, este trabalho está ancorado na realização de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo de cunho qualitativo e teve como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário contendo perguntas abertas e de múltipla escolha. Essa forma de abordagem foi escolhida por possibilitar ao informante responder livremente e usando a própria linguagem e será melhor explanada em um capítulo posterior.

A pesquisa bibliográfica ocorreu por meio de livros e artigos que abordam a temática da Alfabetização, Letramento e Práticas Pedagógicas observando aspectos que possibilitem discussões acerca do tema proposto. Num primeiro momento foi realizado o levantamento bibliográfico acerca do tema proposto, com base nos livros disponibilizados na Biblioteca da UFT no Campus de Tocantinópolis. Neste levantamento verificou-se que há 27 livros que respondem a essa demanda, no qual foram divididos em categorias, conforme a necessidade prevista em cada objetivo do projeto.

Assim, verificamos que em nosso acervo tínhamos, no segundo trimestre de 2019: 7 livros que abordavam a História da Alfabetização e do Letramento; 13 livros que versavam a respeito das práticas de letramento e importância do professor nesse processo; e 7 livros que relatavam entre outras coisas, a relevância de se alfabetizar letrando. Como os livros abordam diferentes aspectos e/ou categorias que muitas vezes não condiziam com a dinâmica desse trabalho, trabalhou-se especificamente com alguns deles a exemplo, cita-se: Leite e Colello (2010), Carvalho (2009), Soares (2010), Almeida (2009), Ferreiro e Teberosky (1999), Lemle (2001), Carvalho (1995)

Posteriormente, também se verificou no site do Centro de Alfabetização Leitura e Escrita (CEALE) os cadernos das coleções “Alfabetização e Letramento” e “Práticas Escolares de Alfabetização e Letramento”, que servem como suporte teórico metodológico para o processo de alfabetização e letramento, além de fornecer subsídios para esse processo. Constituindo assim um importante referencial para a discussão proposta nesse trabalho.

Quanto à natureza dos dados, a análise é qualitativa, pois não se preocupa aqui com a representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social sobre o tema. Os participantes que compuseram a pesquisa de campo, foram: dois professores, e duas coordenadoras de unidade escolar. O critério observado foi referente aos professores lidarem constantemente com a alfabetização e os coordenadores serem importantes agentes educacionais.

Por meio do questionário foi indagado acerca do conhecimento dos professores sobre o letramento e alfabetização, e como os coordenadores projetam e auxiliam (recursos, metodologias) no processo de alfabetização. A pesquisa realizou-se em duas escolas na cidade de Tocantinópolis com coordenadores e professores de turmas do 2º ano do Ensino Fundamental.

1.3.1 Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos delineados neste trabalho, optou-se por seguir orientações metodológicas de dois tipos de pesquisa: Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa de Campo. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2002, p. 44).

A pesquisa bibliográfica ocorreu por meio de livros e artigos que abordam a temática da Alfabetização, Letramento e Práticas Pedagógicas se observando assim aspectos que possibilitem discussões acerca do tema proposto.

Após essa fase de levantamento bibliográfico, passou-se a etapa de leitura do material, com a finalidade de proporcionar familiaridade com a área de estudo, buscando um aprimoramento conceitual, técnico e prático acerca dos objetivos proposto neste trabalho. Identificando as informações e os dados apresentados, estabelecendo relações e analisando a dinâmica dos referidos textos por meio de fichamento dos livros.

Após essa fase bibliográfica, o trabalho passou por uma fase investigativa, por meio de uma pesquisa de campo, que “[...] focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer atividade humana”. (GIL, 2002, p. 53). Nesse sentido, a pesquisa de campo foi realizada com um conjunto de professores e coordenadoras que trabalham em duas escolas. Se utilizando como ferramenta de pesquisa um questionário com perguntas de múltipla escolha e abertas.

Em um primeiro momento, ocorreu o contato do pesquisador com as escolas. Depois de uma conversa com as coordenadoras acerca dos objetivos do trabalho, as mesmas se prontificaram em ajudar com a pesquisa e verificar quais professores aceitariam participar da mesma. Destarte a isso, apenas dois professores de uma determinada escola, responderam o questionário.

Para coletar os dados, utilizou-se um questionário com perguntas de múltipla escolha e abertas a Professores de Alfabetização, e Coordenadores de Unidade Escolar. Tendo em vista as funções dos sujeitos envolvidos na pesquisa, o questionário para ambos, continha em um primeiro momento, alternativas de múltipla escolha, que observavam a caracterização, formação acadêmica e experiência do estágio dos participantes.

Posteriormente, delineava-se as perguntas específicas para cada participante com base em sua função na escola. Os professores responderam de forma livre e usando a sua própria linguagem, a quanto tempo trabalham com turmas de alfabetização, a diferença entre alfabetização e letramento, importância do letramento, execução do letramento em sua prática pedagógica, ações promovidas em sala de aula e conhecimentos teóricos necessários para trabalhar no processo de alfabetização.

As coordenadoras responderam de forma livre e usando a sua própria linguagem, a respeito da diferença entre alfabetização e letramento, a importância do letramento, como a alfabetização e o letramento são trabalhados na escola, execução do letramento na escola,

subsídios oferecidos aos professores que trabalham com a alfabetização e formação continuada.

A pesquisa foi realizada em duas escolas na cidade de Tocantinópolis com coordenadores e professores de turmas do 2º ano do Ensino Fundamental. Os participantes que compuseram a pesquisa de campo, foram: dois professores, e duas coordenadoras de unidade escolar. O critério observado foi referente, a esses profissionais lidarem constantemente com a alfabetização.

1.4 Estrutura da Monografia

Para tratar da alfabetização, letramento e prática pedagógica, o trabalho está composto da seguinte maneira: O primeiro capítulo trata das concepções de escrita, leitura, alfabetização e letramento, oferecendo uma reflexão acerca desses conceitos. O segundo capítulo mostra o papel do professor em um contexto de letramento, demonstrando como deve ser o ambiente em sala, o dever da escola nesse processo e atividades demonstrativas da relação alfabetização e letramento. O terceiro capítulo aborda a pesquisa de campo, relatando como foi realizada a mesma, com quais sujeitos e os seus resultados. O quarto e último capítulo arremata esse trabalho, abordando que o letramento não anula a alfabetização ou vice-versa, o que demonstra que ambos os conceitos podem estar presentes em uma mesma prática pedagógica. Além de se evidenciar a importância de se alfabetizar letrando.

2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO, UMA IDEIA INICIAL

Aprendemos desde de cedo que as letras e palavras estão presentes no dia a dia de todos os sujeitos, seja no supermercado, escola, rua, nas redes sociais ou brincadeiras, usamos a escrita e a leitura em diversas atividades. O fato de se relacionar e entender o que está escrito significa que você é um sujeito alfabetizado. Mas o que seria a alfabetização? Só ensinar a ler e escrever? Ou tem algo a mais?

As linhas que se seguem desse trabalho tratam dessas nuances, principalmente as concepções de alfabetização e letramento, em que momento se observou a necessidade de se mudar de percepção metodológica em relação ao ato de ensinar e escrever e quais as semelhanças e contradições desses dois termos.

Considerando alfabetização e letramento como um processo indissociável, onde ambos estão relacionados, o presente trabalho separa os termos quanto abrangência e nomenclatura, mas se tem como ideia o letramento, numa perspectiva de continuum, onde não se indica quando termina e começa o alfabetizar ou letrar, mas se considera o desenvolvimento da criança, numa plenitude de compreensão das práticas sociais da leitura e escrita.

2.1 A escrita

Antes de se falar sobre alfabetização e letramento, julgo ser importante tecer algumas palavras sobre a base de ambos os conceitos. Segundo Tfouni (2006, p. 10), “A escrita é o produto cultural por excelência”. Nesse sentido, cada país, conforme seus traços culturais, possui um sistema de escrita que atende as demandas sócio educacionais dos indivíduos. Embora possa existir semelhanças entre a letra ou pronúncia de determinadas línguas, a cultura faz de cada sistema desses algo único.

Segundo a referida autora, a escrita surgiu cerca de 5.000 a.C, ocorrendo na Mesopotâmia (partes de Irã e Iraque) a mais antiga maneira de escrever noticiada. A escrita referida, segundo Barbosa (1994), é a suméria, que era representada por desenhos em argilas, com objetos de formato de cunha e gravava as relações de troca e empréstimo de mercadorias, bem como a organização da agricultura. Era ideográfica, ou seja, formada de sinais que representavam ideias e não palavras. Exemplo: Desenho do pé, significava pé ou caminhar.

Com a necessidade de se registrar as mercadorias transportadas, os sumérios evoluíram sua escrita logográfica para cuneiforme, representando os nomes por desenhos dos sons

desses nomes. Ou seja, o signo passa a ter valor fonético, em que a representação passa a ser sons e não mais do significado.

Barbosa (1994) assinala três grandes avanços na construção histórica da escrita: o princípio sumério de fonetização, a escrita silábica semítica ocidental e o alfabeto grego. Essa fonetização ocorre no momento em que o conceito passa a ser representado por um som, superando assim a ideia de significado.

Os princípios da escrita suméria se espalharam pelo Oriente e os povos semíticos que mantinham contato com o Egito e a Mesopotâmia usavam um alfabeto de vinte e dois sinais. Segundo Barbosa (1994), nesse alfabeto cada sinal representava uma consoante, sendo o som das vogais indicado apenas pelo contexto.

A partir da representação silábica herdada do povo semítico, os gregos desenvolveram o alfabeto por meio de um sistema de vogais, em que as vogais unidas aos signos silábicos tornaram as sílabas simples signos consonânticos. Criando um sistema alfabético de escrita, com 27 letras. Com isso, por meio dos simbólicos vocálicos, vários alfabetos foram criados. Por exemplo: O alfabeto latino se desenvolveu a partir do grego. Esse alfabeto é o sistema de escrita utilizado para escrever a língua portuguesa e a maioria das línguas da Europa ocidental e central.

Aprendemos desde cedo que na língua portuguesa o alfabeto é composto por 26 letras: ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ. O mesmo é utilizado pelos indivíduos em quase todas as suas atividades, seja doméstica ou de trabalho, nas redes sociais, conversas, reuniões. Ou seja, a sua utilização é pertinente na sociedade e as pessoas que não fazem uso ou desconhecem desse sistema escrito acabam sendo penalizadas, no sentido de não se inserirem nas dinâmicas e tarefas do dia a dia.

Um espaço formal que possui a função de estabelecer o contato e a experiência com o alfabeto é a escola, no qual, em meio a tantas outras coisas, se ensina e aprende o respectivo sistema de escrita. Esse aprendizado mediado por um professor que possui certo domínio sobre o assunto e que se utiliza de variadas metodologias para apresentar o conteúdo às crianças.

Desta forma, podemos dizer que “a escrita é uma atividade nova para a criança, e por isso mesmo requer um tratamento especial na alfabetização”. (CAGLIARI, 1993, p. 96). Trata-se de um ato que vai ser delineado nas linhas posteriores deste trabalho e que se mostra essencial na vida humana por seu caráter utilitário e social.

Ao lado da leitura, a escrita se constitui como a base para a alfabetização, e a construção desse conhecimento por parte do aluno é importante pelo seu caráter pessoal,

social e acadêmico. Pessoal e acadêmico, pois estão relacionados a vida em sociedade e às relações intra e interpessoais.

O sentido social está relacionado a conquista do conhecimento através da leitura e escrita, que pode e deve ser utilizada para mudar realidades, buscar melhorias, reconhecer e solicitar direitos, se fazendo um uso prático e libertador do aprender a ler e escrever. Em que “escrever não é transformar o que se ouve em formas gráficas, assim como ler também não equivale a reproduzir com a boca o que o olho reconhece visualmente”. (FERREIRO, 2011, p. 55).

2.2 Leitura

O ato de ler é uma aquisição importante no processo de ensino e aprendizagem do sujeito, não somente para o ensino de Português, mas para outras disciplinas também. Trata-se de uma “atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação dos alunos é a leitura”. (CAGLIARI, 1993, p. 148). Por exemplo, um aluno sente dificuldades em resolver problemas de Matemática, não por desconhecer tal procedimento, mas por não saber ler e entender o enunciado do problema.

“Tudo o que se ensina na escola está diretamente ligado a leitura e depende dela para se manter e se desenvolver”. (CAGLIARI, 1993, p. 149). Nesse sentido, a escola tem um admirável papel nesse processo de alfabetização, sendo o espaço onde se ensina não só a ler as palavras, mas também a entender a história, os textos de variadas matérias, e as instruções de como fazer algo, não ficando restrita à literatura e ao noticiário.

Um processo de assimilação de conhecimento, de interiorização e reflexão, “a leitura é, pois, uma decifração e uma decodificação”. (CAGLIARI, 1993, p. 150). Em um ato em que primeiro se decifra a escrita, depois entende-se a linguagem encontrada, para depois decodificar as nuances do texto e assim, refletir sobre o mesmo, no sentido de construir um pensamento acerca do que leu.

Segundo Cagliari (1993), uma leitura pode ser outiva, visual ou oral. Outiva, no sentido de ao ouvir um texto, o sujeito também o está lendo, percebendo e imaginando a história ou acontecimento narrado, favorecendo assim a sua imaginação, a sua capacidade de abstração do que está sendo descrito. Os primeiros convívios das crianças com a leitura ocorrem desse modo, por meio das leituras de histórias que os adultos falam para elas.

A leitura oral ocorre no momento em que usamos a fala para ler algo. O adulto, ao ler uma história para uma criança, está se utilizando desse tipo de leitura. A escola também faz

uso dessa habilidade. Mas, e as famílias que não possuem acesso ao conhecimento ou não dispõem de instrumentos para ajudar nesse processo de alfabetização? Nesse momento que a escola se coloca como fundamental espaço de construção do conhecimento e oportunizadora de experiências de leitura e escrita.

A leitura visual é a leitura com os olhos, um olhar com a mente, que silenciosamente ultrapassa as linhas para atingir o ponto final. É uma leitura mais individual, que vai depender da capacidade de concentração da criança e de ambientes facilitadores, como: lugares iluminados e sem agitações.

Qualquer dos tipos de leitura, explanados até o momento, são processados foneticamente ou percebidos pela fala. Para a decodificação dessas leituras se faz uso dos mecanismos de decifração na leitura escrita. Decifração aqui entendida como a compreensão do que se está lendo ou ouvindo, levando-se em consideração aspectos linguísticos de ortografia e função da escrita.

A leitura é um processo que ocorre primordialmente nas escolas, embora seja iniciada muitas vezes em casa, e que conta com o auxílio do professor. Um mediador, que vai estabelecer a vivência das crianças com as estratégias de decifração. Como é algo novo para os pequenos, muitos podem sentir dificuldades durante esse aprendizado, cabendo ao professor a concepção dessa dificuldade. Com a perspectiva de ajuda e auxílio para esse aluno, e com o entendimento que “as crianças precisam de um tempo de decifração, que varia de acordo com cada uma”. (CAGLIARI, 1993, p. 159).

Ler e escrever são atividades da alfabetização conduzidas pela escola, em que se ensina a ler e escrever letras, famílias silábicas, palavras, frases. Mas, haverá uma interdependência entre esses dois atos? O objetivo da escrita é a leitura, como já dizia Cagliari (1993) e quem escreve só poderá realizar tal ato se souber ler o que escreve. Incumbindo então a leitura, uma habilidade que precede a escrita e que deve ser incentivada tanto nas escolas quanto na família, desde de pequenos, caracterizando a alfabetização como uma conquista relacionada tanto a leitura quanto a escrita.

2.3 A alfabetização (historicizar sem esquecer da psicogênese da língua escrita)

A alfabetização se propagou por muitas décadas como uma concepção que “ler e escrever eram entendidos como atos de codificação e decodificação”. (LEITE; COLELLO, 2010, p. 18).

Essa visão tradicional de alfabetização, amparada em uma prática pedagógica de codificação e decodificação, objetivava levar o aluno ao domínio do código escrito com atividades de memorização, como a cópia, em seguida a gramática, para depois propiciar condições de utilização da linguagem escrita. Ou seja, primeiro se conhecia a base, para posteriormente se fazer seu uso nas atividades. Por meio de um aprendizado meramente mecânico e que servia apenas para minimizar a situação alarmante que o país se encontrava a respeito do analfabetismo.

“Primordialmente, a alfabetização é a aprendizagem da escrita e da leitura”. (CAGLIARI, 1993, p. 8). Em que se utiliza métodos para alfabetizar, que se estruturam do simples para o complexo, da letra ou sílaba para a palavra, se utilizando de associações de fonemas e grafemas para se construir sentenças, mergulhados em uma prática usual de quadros e atividades escritas, que não se utilizavam do contexto social e uso da escrita no cotidiano.

Simultaneamente, temos a perspectiva analítica, que parte do todo (texto) para se fragmentar em partes (palavras), se escrevendo ou lendo palavras, frases ou textos, com a intenção de se particularizar as sequencias. Imbricado nessa noção de prática de alfabetização, o indivíduo reconhecia as letras, escrevia seu nome e pequenos fragmentos textuais, não praticando a totalidade desse aprendizado, que vai além do simples ato de ler e escrever, implica questões sociais e de cidadania.

Embora nessa percepção se tenha uma certa visão de totalidade, a função do aluno permanece quase a mesma, ser um mero receptor do conhecimento, que não observa o uso prático desse aprendizado e não exercita o papel social da língua que é conscientizar os indivíduos de seus direitos e deveres.

Um estudo que contraria a receptividade do aluno no processo de leitura e escrita é o de Ferreira e Teberosky (1999) ao apresentarem o resultado de suas pesquisas sobre o processo de aquisição da leitura e escrita para crianças de 4 a 6 anos, denominado Psicogênese da Língua Escrita.

Em seus estudos, as autoras constataram que os alunos formulam hipóteses sobre o código escrito, se utilizando de estágios linguísticos para percorrem o processo de alfabetização. Descobrimo o significado por tentativas e erros, verificando os componentes do texto e tecendo sucessivas conjecturas.

“Essa criança se coloca problemas, constrói sistemas interpretativos, pensa, raciocina e inventa, buscando compreender esse objeto social particularmente complexo que é a escrita, tal como ela existe na sociedade”. (FERREIRO, 2011, p. 11). Inicialmente, o educando

escreve por meio de desenhos ou rabiscos, imaginando que a sua escrita representa a coisa a que se refere, nível que as autoras denominaram pré-silábico.

O próximo nível de escrita, o silábico, é construído utilizando-se de questionamentos a respeito da quantidade de vezes que precisamos utilizar a boca para pronunciar uma determinada palavra. Sendo que o aluno começará a prever a quantidade de letras que deverá registrar para escrever, grafando inicialmente uma letra para cada sílaba, mas sem correspondência sonora, necessitando assim de atividades de vinculação do discurso oral com o texto escrito.

Essa conexão da palavra escrita com a palavra falada representa aquisições do terceiro nível, o silábico-alfabético, em que a criança está formulando representações daquilo que se ouve com o que está sendo escrito. Por fim, temos o nível alfabético, no qual o aprendiz considera que as palavras escritas devem exprimir as palavras faladas, com correspondência absoluta de letras e sons.

Exemplos dos níveis elencados anteriormente serão aprofundados no próximo capítulo deste trabalho, mas demonstram um significativo avanço na compreensão do processo de alfabetização, pois rompe com o entendimento de que as crianças são inertes no processo de ensino-aprendizagem, no qual “as investigações sobre a psicogênese da escrita na criança evidenciam que o processo de alfabetização nada tem de mecânico, do ponto de vista da criança que aprende”. (FERREIRO, 2011, p. 11).

Com a modernização da sociedade e com a ampliação das relações geopolíticas, as exigências educacionais aumentaram, o ler e escrever demandava outras normativas, em que o indivíduo tinha que se utilizar desses recursos no seu cotidiano, na dinâmica do seu trabalho e na sua vida pessoal. Ampliando o sentido e função da alfabetização, que por sua vez teria que abarcar novas metodologias ou se inserir em um contexto de base para novos processos.

Nesse sentido, cumpre agora verificar como se apresenta o conceito de alfabetização na Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019: “I. alfabetização-ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão”. (BRASIL, 2019, p. 50).

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) é uma política de Estado instituída para fomentar programas e ações voltadas à alfabetização e com o intuito de melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional no território brasileiro (BRASIL, 2019, p. 40).

Com base na definição de alfabetização proposta pela PNA, percebe-se uma certa visão clássica sobre esse conceito, em que se enfatiza, apenas, a habilidade de tornar o indivíduo capaz de ler e escrever palavras e textos, esquecendo-se da usualidade dessa ação. A única ressalva a essa proposição são os conceitos de autonomia e compreensão, que são importantes elementos de uma alfabetização significativa, que urge em nossos tempos.

Nesse processo de novas urgências, surge uma perspectiva educacional que se utiliza de práticas cotidianas para construir o processo de alfabetização, convivendo com outros métodos de aquisição da leitura e escrita, que foram e ainda estão presentes nas escolas nos dias atuais e que fornecem uma importante discussão acerca das características, limitações e considerações sobre a sua percepção de sujeito, conhecimento e prática pedagógica.

2.4 Métodos de Alfabetização

Uma das funções da escola é oferecer a aprendizagem da leitura e da escrita. Embora esse processo tenha seu início bem antes da chegada da criança na escola, é nesse espaço que que essas vivências vão ser processadas e expandidas. “Tradicionalmente, a leitura e escrita vem sendo concebidas como aprendizagens escolares; quer dizer, é no âmbito da escola que estas aprendizagens se realizam”. (BARBOSA, 1994, p. 54).

Para conduzir a tal feito, a escola se fundamenta em algumas metodologias que orientam as estratégias de ensino. Essas metodologias contemplam em suas bases as noções de como ensinar um conteúdo, quais suportes utilizar. Nesse sentido, as linhas que se seguem contemplam os métodos mais utilizados na alfabetização.

Podemos dividir a história do ensino da leitura e escrita em três períodos principais: O primeiro que se estende da Antiguidade até meados do século XVIII é marcado pelo uso exclusivo do método sintético. O segundo, a partir do século XVIII, em que se tem o início um processo de oposição teórica ao método sintético pelos precursores do chamado método global. O atual, em que ultrapassando a batalha dos métodos anteriores, se questiona aquilo que é fundamental desses dois métodos. Trata-se do método sintético-silábico, com ponto de partida global. (BARBOSA, 1994, p. 45).

O método sintético é o mais antigo de todos. Para Carvalho (2009), os métodos sintéticos são a soletração, silabação e fônico, pois partem da letra, da relação letra-som, ou da sílaba, para chegar à palavra. Os analíticos (palavração, sentencição e contos), partem das unidades maiores da língua, como o texto, a oração ou a frase. E por fim, numa visão

alternativa, tem-se os chamados métodos analítico sintético que tentam combinar aspectos de ambas as abordagens teóricas.

2.4.1 Soletração

A ênfase desse método está em ensinar a combinação de letras e sons. Numa perspectiva, em que o professor a partir de unidades simples, as letras, tenta mostrar que essas quando se juntam representam as sílabas que, por sua vez, formam palavras. Com isso, a leitura propriamente dita fica para uma etapa posterior, tendo importância primeiramente o conhecimento e memorização das letras e sua junção.

Método característico de um tempo em que a maior parte da população era analfabeta e eram poucas as exigências sociais em termos de leitura, a soletração não buscava dirigir a atenção do aprendiz para os significados do texto, muito menos formar leitores, pois só trabalhava com palavras soltas. (CARVALHO, 2009, p. 22)

A instrução nesse método procede do simples para o complexo, em um processo cumulativo, onde a criança aprende as letras, depois as sílabas, palavras até se chegar ao texto. Um aprendizado, em que era preciso que a criança tivesse contato com o alfabeto, a nomenclatura das letras e sua grafia, para depois conhecerem as sílabas, palavras simples e mais longas.

Esse método utiliza o visual e o auditivo, valendo-se na maioria das vezes da memorização como recurso didático, no qual o nome da letra é associado à sua forma visual, em que a formação das sílabas são aprendidas de cor, formando-se palavras isoladas. Não se leva em consideração o significado da mesma, pois as palavras são trabalhadas fora do contexto, o que torna esse processo árido, com poucas possibilidades de despertar o interesse pela leitura.

2.4.2 Silabação

Segundo Barbosa (1994), na segunda metade do século XVIII, Viard e Cherrier, propõem a abandonar a soletração e colocam como ponto de partida do ensino da leitura a sílaba. Não é mais preciso ensinar o b+ a= ba, mas diretamente: ba. Essa proposta ficou conhecida como silabação e se utiliza de mecanismo da combinatória das sílabas, partindo dessas unidades para formar as palavras.

No método se apresenta de imediato as sílabas, para a partir desse ponto se avançar no processo de alfabetização. Se percebe que semelhantemente ao método anterior a criança não age com autonomia, apenas repetindo ações fora da sua realidade. Exemplo: U-VA. Não se explica que essa é uma fruta produzida em algumas regiões do país e que a região tocantina não produz a mesma, o que reforça uma concepção de escrita centrada na memória e longe do contexto local.

No entanto “a meu ver, o método tem os mesmos defeitos da soletração: ênfase excessiva nos mecanismos de codificação e decodificação, apelo excessivo a memória e não a compreensão, pouca capacidade de motivar os alunos para a leitura e a escrita”. (CARVALHO, 2009, p. 23).

2. 4. 3 Fônico

No início do século XIX, o método sintético se aperfeiçoa, mudando a ênfase do nome para o som da letra: Método Fônico. No respectivo processo se ensina o aluno a produzir oralmente os sons representados pelas letras e fundi-los para formar as palavras. Observando a dimensão sonora da língua, ou seja, o fato de que as palavras são formadas por sons.

O respectivo método parte de palavras curtas, formadas por apenas dois sons representados por duas letras, para depois estudar palavras mais complexas, ou seja “[...]ensinar as correspondências entre as letras e seus sons, e estimular o desenvolvimento da consciência fonológica, que se refere a habilidade de manipular e refletir sobre os sons da fala”. (SEABRA; DIAS, 2011, p. 311). Numa dinâmica de decodificação e codificação da língua. Como aborda CARVALHO (2009, p. 24) “ a ênfase é ensinar a decodificar os sons da língua, na leitura, e a codificá-los na escrita”.

Assim, torna-se necessário uma abrangência conceitual no momento de trabalhar os sons, como: mostrar os sons que as letras possuem em posição inicial, medial ou final da sílaba, ressaltar a dimensão sonora da língua e a capacidade do leitor para decompor os sons que formam as palavras, enfatizar a decodificação e a aprendizagem das relações entre letras e sons. Trabalhando, com isso, certas habilidades como a consciência fonológica da criança.

Competências essas que são enfatizadas por conceituados autores, como Alessandra Capovilla e Fernando Capovilla (2007), que ao analisarem os resultados do PISA, os documentos de países desenvolvidos como o Estados Unidos e citando os PCNs de EUA, Grã-Bretanha e França, realçam a importância do método fônico de alfabetização para a educação brasileira.

Os autores abordam a hipótese de que a dificuldade apresentada por crianças com problemas de aquisição de leitura e escrita é de natureza fonológica (dificuldade em discriminar, segmentar e manipular os sons da fala), em que as possibilidades para a prevenção e remediação dos problemas de leitura e escrita está relacionado ao desenvolvimento da consciência fonológica e de competências grafema-fonema, introduzindo o texto de forma gradual, com complexidade crescente, e a medida que a criança for adquirindo habilidade de fazer decodificação grafo fonêmica.

A atual Política Nacional de Alfabetização (PNA) 2019 do Ministério da Educação (MEC) caminha no mesmo rumo e prioriza esse método de alfabetização. Com base em relatórios e documentos de políticas públicas voltadas a alfabetização, como o *National Reading Panel* e o *Educação de Qualidade Começando pelo Começo* do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, a respectiva PNA propõe seis componentes essenciais para a alfabetização. Os elementos propostos pela PNA, devem apoiar os currículos e as práticas de alfabetização, a saber: a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência em leitura oral, o desenvolvimento de vocabulário, a compreensão de textos e a produção de escrita.

A consciência fonêmica é o conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala (sons) e a capacidade de manipulá-las intencionalmente, ou seja, a compreensão de que as letras representam os sons da fala. “ A instrução fônica sistemática significa o ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada”. (BRASIL, 2019, p. 51).

A fluência em leitura oral expressa a habilidade de ler um texto com velocidade, precisão e entonação, tornando a leitura menos trabalhosa e mais agradável. O desenvolvimento do vocabulário significa a expansão da capacidade linguística do indivíduo, por meio de práticas de linguagem oral, palavras individuais ou leitura em voz alta.

A compreensão de textos é uma das finalidades da leitura. Trata-se de um processo intencional e ativo, desenvolvido mediante o emprego de estratégias de compreensão. Por fim, a produção de escrita diz respeito tanto à habilidade de escrever palavras, quanto a de produzir textos.

Como vimos, dos componentes citados pela PNA como essenciais para a alfabetização, dois abordam claramente o método fônico: consciência fonêmica e instrução fônica sistemática. Isso demonstra uma clara intenção de promoção desse método como básico para a alfabetização brasileira, se ensinando as formas, os sons e o nome das letras, enfatizando como as letras representam sons separados nas palavras e como dividir as

palavras faladas nos menores sons representados pelas letras. “Assim, após dominar essa habilidade básica de decodificação, o leitor possui os pré-requisitos necessários para desenvolver suas habilidades de leitura, necessitando basicamente da prática para alcançar fluência e automatismo”. (SEBRA; DIAS, 2011, p. 307).

Nessa direção, Carvalho (2009) argumenta que uma tática fonológica não satisfaz por si só o desenvolvimento pleno da leitura e da escrita. Sendo necessário uma alternância de atividades de decodificação de sílabas com atividades de leitura de textos, com o intuito de a criança desenvolver conhecimentos de sintaxe e vocabulário.

2.4.4 Métodos analíticos ou globais

No final do século XIX e início do XX, algumas considerações são postuladas se opondo ao método sintético e estabelecendo os postulados do método analítico. “De acordo com esse método analítico, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo ‘todo’, para depois se proceder a análise de suas partes constitutivas”. (MORTATTI, 2006, p. 7).

Ideia segundo a qual a criança tem uma visão sincrética (ou globalizada) da realidade, ou seja, tende a perceber o todo, o conjunto, antes de captar os detalhes.

“[...] as unidades apresentadas inicialmente são unidades de significado, sejam elas palavras, frases ou textos. Assim, os métodos analíticos partem de unidades maiores, sem um foco primário sobre as unidades menores (do todo para a parte)”. (SEBRA; DIAS, 2011, p. 307).

Com isso, nesses métodos (Palavração, sentencição, conto) a alfabetização deveria ser trabalhada a partir das unidades completas de linguagem para depois dividi-las em partes menores, preconizando o ensino direto das associações entre as palavras e seus significados.

Na palavração, uma perspectiva que usa as palavras como contato inicial, as mesmas são apresentadas em agrupamentos e os alunos reconhecem-nas pela visualização. No método da sentencição, a unidade inicial do aprendizado é a frase, que depois é dividida em palavras e sílabas. Partindo de algo com contexto e não avulsamente, “ [...] em tais métodos considera-se que a aprendizagem de leitura e escrita só pode ocorrer a partir de unidades que sejam significativas a criança”. (SEBRA; DIAS, 2011, p. 312).

Os métodos de contos consistem em iniciar o ensino da leitura a partir do texto, para introduzir as crianças nos conhecimentos alfabéticos da língua e o gosto pela leitura. Abordada a história, o texto é desmembrado em frases ou orações. A seguir, se tem o

reconhecimento das palavras, para posteriormente se atingir a etapa de divisão das palavras em sílabas.

Em uma dinâmica inversa da adotada no método sintético, o processo envolve a análise das partes maiores (texto, frases), para chegar as menores (palavras, sílabas) com textos e frases contextualizadas e referentes a realidade local. Com o intuito de romper com o princípio da decifração, da mera mecanização do ler a partir de palavras isoladas semanticamente e emocionalmente do universo do aprendiz.

2.4.5 Método analítico sintético

A chamada querela dos métodos como diz Braslavsky apud Carvalho (2009) são os métodos analítico sintético que tentam combinar aspectos de ambas as abordagens teóricas. Ou seja, enfatizar a compreensão do texto desde a alfabetização inicial, como na perspectiva analítica, e paralelamente reconhecer os fonemas e determinar sistematicamente as relações entre letras e sons, como ocorre no método fônico.

Nessa abordagem pode-se utilizar de noções teóricas metodológicas de ambos os métodos para atingir o objetivo do ensino- aprendizagem da leitura e escrita. Absorvendo-se o que melhor dialoga com o propósito final, um sujeito instruído e preparado para as próximas etapas da vida escolar.

Com base na discussão produzida anteriormente, cumpre agora a observação de 04 tabelas que na nossa compreensão contempla e resume as características e perspectivas presentes em cada um dos métodos observados nesse trabalho.

Tabela1. Métodos de alfabetização

Sintético	Analítico
Soletração, Silabação e Fônico	Palavração, Sentenciação e Contos.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2009).

Tabela 2. Principais Características

Sintético	Analítico
Parte – Todo (Partem da letra, da relação letra-som, ou da sílaba, para chegar à palavra)	Todo – Partes (Partem das unidades maiores da língua, como o conto, a oração ou a frase para se

	chegar a palavras ou sílabas)
--	-------------------------------

Fonte: Adaptado de Carvalho (2009).

Tabela 3. Método Sintético

Proposta	Objetivo	Vantagens	Limitações
Aprender as letras, sílabas, e palavras e por fim, o texto completo.	Mostrar que as letras quando se juntam representam as sílabas, que por sua vez formam palavras.	Vai do simples para o complexo, permitindo a observância de aspectos semânticos e fonológicos.	Pouca capacidade de motivar os alunos para a leitura e a escrita; A criança não age com autonomia, apenas repete ações fora da sua realidade e contexto local.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2009) e SEABRA; DIAS (2011).

Tabela 4. Método Analítico

Proposta	Objetivo	Vantagens	Limitações
Trabalhar a alfabetização a partir das unidades completas da linguagem, para depois dividi-las em partes menores.	Perceber o todo, o conjunto, antes de captar os detalhes, partindo de algo com contexto e não avulsamente.	Romper com o princípio da mera decifração e mecanização do ler e escrever.	Não enfatizam o ensino explícito e sistemático dos princípios da língua escrita.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2009) e SEABRA; DIAS (2011).

Como vimos, os métodos da alfabetização primeiramente partiram de unidades menores e fragmentadas para avançar nas unidades maiores e complexas, posteriormente se teve a perspectiva de se usar palavras ou frases como normativas de análise, para depois se dividir em unidades menores, e a utilização dos textos e histórias como ideia geral, para progressivamente surgirem as sílabas e letras.

A presença de cada um método desse pode indicar uma questão de meritocracia, mas, o que nos interessa aqui é que não é suficiente saber ler e escrever, é preciso usar essa leitura e escrita no cotidiano. Em situações que a vida moderna exige, procurando-se uma nova

perspectiva em que ler não é mais decodificar, e sim fazer uso prático e social da língua, mudar a sua realidade e assim ajudar a construir um mundo mais igualitário.

Como evidencia Mortatti (2006), uma nova perspectiva surge, questionando uma visão tradicional de alfabetização, em que:

A partir do início da década de 1980, essa tradição passou a ser sistematicamente questionada, em decorrência de novas urgências políticas e sociais que se fizeram acompanhar de propostas de mudança na educação, a fim de se enfrentar particularmente, o fracasso da escola na alfabetização de crianças. (MORTATTI, 2006, p. 10).

Essa nova proposta busca estabelecer relações entre o ato de escrever e seu uso, seja na escola ou em casa, em uma abordagem que considera as vivências do sujeito para conhecer a escrita e qual o destino da mesma. Utilizando-se desde de livros, cartas, até uma receita de bolo ou uma bula de remédio.

2.5 O letramento

A partir de que momento nos perguntamos sobre a origem de novas palavras ou ideias?

Palavras novas aparecem quando novas ideias ou novos fenômenos surgem. Convivemos com o fato de existirem pessoas que não sabem ler e escrever, pessoas analfabetas, desde o Brasil Colônia, e ao longo dos séculos temos enfrentado o problema de alfabetizar, de ensinar as pessoas a ler e a escrever. (SOARES, 2010, p. 45).

Conforme se supera minimamente o analfabetismo, em que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e a escrever, um novo fenômeno se evidencia: não basta somente aprender a ler e a escrever é preciso fazer uso social da leitura e da escrita. Esse surgimento condiz com as profundas reflexões que perpassavam a época, um cenário de profundas críticas, não originalmente de natureza pedagógica, mas que estavam relacionadas com as mudanças sociais e econômicas na sociedade capitalista, fazendo-se necessário, por parte das escolas, o desenvolvimento de uma proposta pedagógica que possibilitasse aos indivíduos, o uso funcional da escrita, e não somente o decifrar de códigos linguísticos.

Os sujeitos se alfabetizam, mas não incorporam a prática de leitura e escrita, não adquirem habilidades para usarem esse ato de ler e escrever no envolvimento cotidiano, como: não leem livros, revistas, não conseguem preencher um formulário ou encontrar informações em uma bula de remédio. Exigindo-se, um novo fenômeno, que por conta do

desenvolvimento social, cultural e econômico, traz novas e diversas práticas de leitura e escrita, aflorando assim novas necessidades e alternativas de lazer. Com a necessidade de se “nomear esse fenômeno, surgiu a palavra letramento”. (SOARES, 2010, p. 46).

Segundo Leite e Colello (2010), o conceito de letramento surgiu em nosso meio na segunda metade dos anos 1980, em um período em que o conceito de alfabetização passava por uma reformulação teórica e prática. Pensamento semelhante ao de Soares (2010) ao indicar que na década de 1980 o termo letramento se mostrou uma versão para o Português da palavra da língua inglesa literacy.

Para Soares (2010) “Letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita”. (SOARES, 2010, p.39). O que amplia o conceito de ler e escrever, deixando de ser um simples decodificar da língua escrita, para se tornar uma apropriação da mesma, torna-la própria, assumindo e a usando em demandas sociais de leitura e escrita, para seguir instruções, se comunicar, se orientar nas ruas ou montar um equipamento.

No entanto, com base em dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que mede os níveis de alfabetização, letramento e matemática dos estudantes das redes públicas. Sendo disponibilizados no documento da Política Nacional de Alfabetização (PNA), observamos que muitos educandos ainda não construíram um rol de práticas sociais de leitura e escrita.

Segundo Brasil (2019) os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016, 54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3 ano do Ensino Fundamental, apresentaram desempenho insuficiente no exame de proficiência em leitura. Desse total, cerca de 450 mil alunos foram classificados no nível 1 da escola de proficiência, o que significa que são incapazes de localizar informação explícita em textos simples de até cinco linhas e de identificar a finalidade de textos como convites, cartazes, receitas e bilhetes.

Em escrita, 33,95% estavam em níveis insuficientes (1, 2 ou 3). Embora o número não seja tão alto em comparação com a leitura, percebe-se a gravidade do problema diante da descrição desses níveis: aproximadamente 680 mil alunos de cerca de 8 anos estão nos níveis 1 e 2, o que quer dizer que não conseguem escrever “palavras alfabeticamente” ou as escrevem com desvios ortográficos. Quanto a escrita de textos, ou produzem textos ilegíveis, ou são absolutamente incapazes de escrever um texto curto.

Esses dados nos mostram que os níveis de leitura e escrita dos educandos se encontram insuficientes, o que pode ocasionar uma certa dificuldade no avanço do percurso escolar do sujeito e assim promover indivíduos que não entendem ou dominam o utilizar da

leitura e escrita em situações do cotidiano. Oportunizando ao letramento a urgência de proposições que podem auxiliar nesse processo de apropriação do ler e escrever.

Porém, com base nas emergências do novo termo, não há um consenso entre os estudiosos quanto a sua definição ou legitimidade. Tendo como suporte, o estudo de Leite e Colello (2010), que analisou as abrangências desse termo para Soares e Ferreiro, se evidenciará as diferentes compreensões sobre a amplitude do processo de alfabetização e letramento.

Soares (2010), ao afirmar que o letramento é uma condição que adquire um indivíduo por ter se apropriado da escrita, esta anuncia a interdependência e indissociabilidade entre as concepções de alfabetização e letramento, sendo o letramento um *continuum* de habilidades e conhecimentos que varia conforme as sociedades.

Ferreiro e Teberosky (1999) asseguram a compreensão ampla e integrada do processo de aquisição da língua escrita, abarcando que a atribuição a esses dois termos (alfabetização e letramento) fazem parte de uma dimensão única.

Com isso, se percebe que o conceito de letramento ampliou a visibilidade sobre a intervenção pedagógica e as políticas de cultura e educação. “Em outras palavras, é possível dizer que a compreensão do ‘letramento’ possibilitou a abordagem de ‘letramentos’, isto é, o entendimento das inúmeras práticas sociais e dos diversos eventos do universo letrado”. (LEITE; COLELLO, 2010, p. 97).

2.6 Letramento, ou letramentos?

A partir do que foi exposto até o presente momento, é comum que se faça indagações a respeito da pluralidade ou não do conceito de letramento. Nesse sentido, Leite e Colello (2010) levantam importantes questionamentos acerca do letramento, principalmente por seu caráter plural, instituído por conta das inúmeras práticas sociais e diversos eventos do universo letrado.

Segundo Leite e Colello (2010, p. 98), “é possível distinguir pelo menos cinco diferentes formas de compreender as práticas ou instâncias de letramento que justificam a sua abordagem na condição plural- letramentos-, embora nem sempre independentes entre si”. O primeiro é um âmbito de ocorrência entre o letramento social e o letramento escolar, estabelecendo relações do fazer escolar, com o aprendizado informal de uso da escrita no contexto social.

O segundo é o letramento em grupos sociais histórica ou espacialmente situados, permitindo assim compreender a fluidez do termo em diferentes nuances. Como por exemplo: O letramento nas periferias de São Paulo. O terceiro são os Letramentos locais ou vernaculares, que são aqueles que ocorrem na vida cotidiana, não sendo sistematizados institucionalmente, como a linguagem usadas em *bloggers*, *chats* e aplicativos da internet.

O quarto é o Letramento científico, que faz alusão à escrita tipicamente usada em espaços da ciência, que requerem uma compreensão especializada. O último é o Letramento digital, ou seja, o acesso da população em redes de comunicação. Verifica-se, assim, que há vários tipos de letramento, dependendo das necessidades e demandas do indivíduo com o seu meio, em um contexto social e cultural.

Embora o conceito de letramento possa ter várias nuances, cumpre aqui mencionar certos riscos que, para Leite e Colello (2010), devem ser observados a respeito do conceito de letramento. O primeiro risco é perder a especificidade da alfabetização, no sentido de autonomizar excessivamente os eventos de letramento e esvaziar a alfabetização, perdendo de vista alguns aspectos da aprendizagem, como a consciência fonológica, do traçado das letras, convencionalidade do sistema escrito e de suas regras.

Essa primeira observação indica que a escola, ao levar em consideração o letramento, somente como possibilidade do uso social da língua, perde certos elementos essenciais desse processo: as regras gramaticais e ortográficas e as proposições sociais que deveriam motivar essas ações. Isso demonstra que para escrever uma carta, por exemplo, os alunos devem ter ciência de sua estrutura, conhecer as normas técnicas da língua, ser orientado da função daquela atividade, para que depois disso, possa realizar a proposta em sua plenitude.

A segunda ressalva é a desconsideração da amplitude e complexidade do ensino da escrita, levando em consideração que a distinção entre alfabetizar e letrar pode desqualificar a amplitude e a complexidade do processo de aprendizagem. Valorizando-se um, em detrimento do outro, ou se atribuindo a alfabetização a escola e o letramento aos processos sociais.

Em terceiro lugar se encontra a redução do letramento à dimensão técnica, no que cerne a ideia de que somente o acesso à leitura permite a emancipação social, sem levar em consideração as relações históricas sociais. Quando essa concepção técnica cede lugar a uma concepção ideológica, se elucida que é exatamente a condição de marginalidade e exclusão social que tolhe os processos de letramento para a maioria da população.

Por isso, mais do que ensinar as letras para crianças é necessário promover as bases para a ativa participação destas na cultura escrita. Como confirma Leite e Colello (2010, p. 104).

[...] pois, quanto maior for essa participação (as oportunidades de interação e de convivência com situações de raciocínio abstrato, as chances de utilização de textos para planejamentos e controle das atividades, a necessidade de raciocínios indutivos e de princípios organizacionais na administração das situações de trabalho, os apelos de compreensão e interpretação do mundo para tomada de iniciativas e avaliação delas), maiores serão as condições do sujeito de manipular textos em situações concretas, ajustando-os, cada vez mais, aos propósitos sociais do ler e escrever.

Em quarto lugar se aborda a dicotomização do letramento, levando-se em consideração que o termo possui uma conotação plural, se concretizando nas várias possibilidades de uso da língua escrita. Coerentemente essas alternativas dependem do contexto sociocultural de cada sujeito e na possibilidade de manejar a língua e a escrita para diferentes fins e com diversos instrumentos.

A última advertência é sobre a fragmentação do letramento (ou da alfabetização), no sentido de se fracionar o trabalho pedagógico ou as políticas educacionais em favor de alguns tipos de letramento e se esquecendo outros, em que, fixar métodos significa uma perda na complexa e plural competência do ler e escrever.

Todas essas observações indicam que o letramento, seja qual for a sua nuance deve considerar em suas bases, a escrita e a leitura, ou seja, está articulado a ambos os conceitos, em uma dimensão pessoal e histórica, concretizadas nas variadas possibilidades de uso da língua com diversos fins.

Com isso, se verifica

[...] que o letramento é uma variável contínua e não discreta ou dicotômica, refere-se a uma multiplicidade de habilidades de leitura e de escrita, que devem ser aplicadas a uma ampla variedade de materiais de leitura e escrita; compreende diferentes práticas que dependem da natureza, estrutura e aspirações de determinada sociedade. (SOARES, 2010, p. 39).

Sendo assim, a partir dessa pluralidade de conceitos, mas que possuem como eixo norteador a escrita e a leitura, este trabalho se pauta na perspectiva de que o “Letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita”. (SOARES, 2010, p. 39).

Essa ideia integra e abrange a noção de que o letramento escolar e o letramento social, fazem parte de um processo social mais abrangente, numa concepção pretendida nesse estudo, que é a de se alfabetizar letrando, usando práticas sociais do cotidiano. Em que: “Alfabetizar visando o letramento não significa considerar somente as dimensões técnicas de ‘leitura’ e ‘escrita’, mas também a apropriação das representações e das demandas que se constituem em torno dessa leitura”. (PAIM, 2014, p. 9).

Considerando-se que a escrita a ser apresentada aos alunos, tem que ser significativa, com textos coerentes e que possam oportunizar a reflexão acerca das práticas realizadas em sala de aula. Em outras palavras, pode-se dizer que:

“O letramento não é pura e simplesmente em conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas a leitura e a escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social”. (SOARES, 2010, p.72).

3 O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR EM UMA PERSPECTIVA DE LETRAMENTO

Agora que temos uma noção básica da inter-relação entre alfabetização e letramento, cumpre delinear a função de um importante agente desse processo de escrita e leitura: o professor. Esse sujeito que vai pensar/criar/construir/propor atividades, jogos e dinâmicas que favoreçam o contato da criança com a leitura e a escrita, constituindo se assim como um mediador na construção do conhecimento

Sendo assim, esse capítulo aborda o papel do professor em um contexto de letramento, apontando pistas de como deve ser o ambiente em sala de aula, o dever da escola nesse procedimento e atividades demonstrativas da inter-relação alfabetização e letramento.

3.1 A Escola como ambiente propulsor de letramento (s)

Aprendemos desde de cedo que a Escola é uma instituição formal, que visa difundir os conhecimentos acumulados pela sociedade, no intuito de formar cidadãos com valores éticos e morais. Nesse sentido, se mostra, junto com a família, um importante espaço de socialização, conhecimento, vivência, experiência e aprendizado, que oportunizará grandes avanços e reflexões na construção do sujeito.

Nesse espaço, a criança vai ampliar as suas experiências, além de construir conhecimentos e saberes que lhes serão indispensáveis durante toda a sua vida, como por exemplo: a leitura e a escrita. Esses dois atos são praticados durante todo o dia do sujeito e representam uma grande conquista para os indivíduos.

Desde muito cedo é importante inserir a criança nesse mundo de leitura e escrita, utilizando-se livros, leituras de histórias ou realização de garatujas em papel. Em que “o momento crucial de toda a sequência da vida escolar é o momento da alfabetização”. (LEMLE, 2001, p. 5)

A alfabetização se constitui uma base de conhecimentos que serão utilizados durante toda a vida acadêmica, pessoal e social do indivíduo. Destarte, “produzir bons leitores é um desafio para a escola em todas as partes do mundo”. (CARVALHO, 1995, p. 9). Desafio por que consiste em pensar questões relacionadas aos métodos de alfabetização, à formação dos professores, à estrutura física da escola, ao planejamento pedagógico, ao ambiente escolar, na cooperação entre os profissionais, até a estrutura organizacional escolar. Isso por que:

Fazer da escola um ambiente alfabetizador requer, por esse motivo, a convicção sobre a necessidade de articular os processos de ensino aos de aprendizagem, estabelecendo com os alunos uma relação dialógica capaz de compreender seus saberes, erros, valores e motivações, a partir do que é possível propor situações didáticas desafiadoras e pedagogicamente interessantes. (LEITE; COLELLO, 2010, p. 117).

A leitura e a escrita são processos cognitivos suscitados e praticados em um meio social propício, com um ambiente e atividades que estimulem a imaginação, criatividade e principalmente a percepção do uso concreto, dinâmico e diário do aprendizado, em que “estudar palavras soltas, sílabas isoladas, ler textos idiotas e repetir sem fim exercícios de cópia, resulta em desinteresse e rejeição em relação a escrita”. (CARVALHO, 1995, p. 11).

Desta maneira, uma escola que apresente em suas bases metodológicas e teóricas o letramento, “ao assumir o compromisso de alfabetizar no contexto do mundo letrado, é preciso que a escola funcione como uma microcomunidade de leitores e escritores, ainda que eles sejam poucos experientes”. (LEITE; COLELLO, 2010, p. 116).

A escola deve então proporcionar o contato constante com a leitura e a escrita por meio de imagens, histórias, mapas, bulas de remédio, gibis, receitas culinárias, instruções de jogo, para que além de aprender a ler e a escrever, a criança possa expressar sentimentos, articular ideias, interpretar o mundo, viajar por meio da leitura, desenhar traçados e recriar as dimensões de tempo e espaço, em um ambiente favorável e com a mediação de um professor capacitado intelectualmente. Em que “tão importante quanto ensinar a ler e escrever é garantir aos indivíduos o acesso as informações e aos livros, o reconhecimento da leitura como um valor, assim como a participação na cultura letrada”. (LEITE; COLELLO, 2010, p. 114).

Assim,

Para construir um ambiente alfabetizador, a escola precisa, antes de mais nada, incorporar a pluralidade das experiências de leitura e escrita, o que significa não só trazer os diferentes suportes e gêneros textuais para a sala de aula, mas também lidar com os inúmeros propósitos sociais da língua. (LEITE; COLELLO, 2010, p. 119).

A sala de aula é entendida como um espaço que contemple características facilitadoras de aprendizagem, como: disposição de livros infantis, de histórias, contos, espaço confortável para realização da leitura, ambiente climatizado, decoração relacionada ao uso da escrita, frases do cotidiano, televisão, aparelho de som, jogos educativos e com materiais didáticos plausíveis a faixa etária dos alunos.

Mas, todos esses elementos elencados não significam uma realização concreta do ato de saber ler e escrever, em que pode haver salas de aulas que contemplem todas essas qualidades, mas que não conseguem contribuir para a formação humana e intelectual do

aluno, evidenciando que as atividades propostas com o material e principalmente a intenção e metodologia do professor são importantes agentes dessa construção de conhecimento.

Além desse oferecimento de vivências, é pertinente salientar que a escola deve discutir e levar em consideração nesse processo de leitura e escrita, aspectos sociais, culturais e emocionais do sujeito alfabetizando, principalmente pela não inserção de muitas crianças em suas famílias nesse mundo letrado, ou seja, alguns educandos não tiveram a oportunidade de manusear ou ter a disposição um livro em casa. O que acarreta muitas vezes, uma certa incompreensão de termos linguísticos ou dificuldades ao ler ou escrever, demonstrando que tanto a escola quanto o professor devem auxiliar e dar suporte para os educandos.

O papel da escola é promover uma pluralidade de experiência literária, ou seja, favorecer o contato com o maior número possível de gêneros textuais, promovendo a articulação do uso prático e social da leitura e escrita, sempre observando o caráter social e cultural das relações construídas, tendo em vista que “a alfabetização constitui um instrumento para a tomada de consciência de direitos e deveres do cidadão e de luta pela diminuição das desigualdades sociais”. (CARVALHO, 1995, p. 79).

Sendo assim, um importante agente desse processo de conscientização é o professor, que atua diretamente com as crianças, permanecendo com as mesmas, relevantes horas do seu dia a dia, oferecendo-lhes a oportunidade de viajar pelo mundo, aprender coisas novas e construir significados, o que demonstra ser esse ofício de grande importância para a sociedade como um todo.

3.2 O professor e sua função na perspectiva do alfabetizar letrando

O trabalho do professor consiste em oportunizar ou favorecer o aprendizado, por meio de metodologias, desde de uma roda de conversa, aulas expositivas, livro didático, jogos, dinâmicas, até o uso do quadro, lições e atividades de escrita. Enfim, são muitas as suas possibilidades, e a decisão de qual melhor se adequa a seu objetivo, deve ser a consideração a ser feita na hora da escolha.

Com isso, a prática pedagógica do educador ganha um papel relevante no ambiente educacional, sendo que “a atitude do professor, que é o responsável pela condução da criança rumo a uma conquista que a levará a autonomia social e as mais diferentes dimensões da cidadania”. (ALMEIDA, 2009, p. 6). Atitude aqui relacionada como propiciadora das atividades propostas em sala de aula, em um direcionamento de possibilitar ao aluno uma percepção acerca do mundo o qual está inserido.

A sua experiência de mundo, escolar e social é que direcionará o seu trabalho e suas metodologias, em que “a prática pedagógica é assim uma proposta de intervenção de um professor com relação aos seus alunos, uma intervenção negociada em função das especificidades do grupo, da compreensão dos suportes teóricos e das diretrizes de ensino”. (LEITE; COLELLO, 2010, p. 117). Essa mediação negociada consiste no ato de reflexão acerca das características dos alunos inseridos no processo de ensino e aprendizagem e o contexto social de ambos, para que o objetivo traçado durante a organização das aulas ou das atividades possa ser concretizado.

Para compor as suas aulas, o professor, além dos conteúdos conceituais e as habilidades/competências pretendidas ao final do período ou bimestre, deve considerar as experiências e vivências dos alunos. No processo de alfabetização, essas considerações também são importantes e devem nortear o seu trabalho. Por exemplo, como trabalhar a significação dos símbolos, pois, “a primeira coisa que a criança precisa saber é o que representa aqueles risquinhos pretos em uma página branca”. (LEMLE, 2001, p. 5).

Dado esse desafio, o professor deve observar que o entendimento das letras demanda uma compreensão por parte do aluno, da ideia de símbolo, em que cada risquinho representa um som da fala, caracterizando assim uma relação simbólica entre dois objetos.

Para discutir um pouco sobre essa questão e sobre outros assuntos pertinentes, Lemle (2001) indica cinco conhecimentos básicos para a leitura e a escrita. O primeiro conhecimento é o que se vinha discutindo anteriormente, a ideia de símbolo, ou seja, a noção de que determinado objeto ou coisa representa algo, no caso da alfabetização está relacionado à compreensão de que uma letra representa um som.

Esse entendimento de símbolo, para crianças que não conhecem ou apoderam-se da escrita, se mostra um grande desafio para o professor, principalmente pela ambígua relação entre um símbolo e sua representação, que nem sempre segue regras ou possuem características específicas. Nesse sentido, uma proposta para trabalhar com essa questão seria trazer para a sala de aula exemplos de símbolos que são utilizados no cotidiano. Por exemplo: escudos de times de futebol, bandeira de países, sinais de trânsito, gestos da língua de sinais.

Os respectivos símbolos representariam de forma concreta, a relação do objeto com o seu significado ou acepção, exemplificando, as possibilidades de uso de gestos para comunicação com pessoas surdas, ou que a cor verde nos sinais de trânsito significa avance. Essas noções de significação serviriam de base para a construção da capacidade pretendida nessa fase inicial da alfabetização, que é a ideia que uma letra representa um determinado som.

A segunda habilidade a ser desenvolvida no processo de leitura e escrita é a discriminação das formas de letras. “As letras do nosso alfabeto têm formas bastantes semelhantes, e por isso a capacidade de distingui-las exige refinamento na percepção”. (LEMLE, 2001, p. 8).

As letras b e d são diferenciadas apenas pela posição de sua “barriguinha”, mesma observação da letra p e q. São sutis as diferenças que determinam certas letras do alfabeto, o que denota a importância de atividades e dinâmicas que busquem conscientemente essas percepções visuais finas por parte do educando. Como por exemplo: exercícios de desenho de pequenas formas (círculos, traços, quadrados, curvas) para se ambientarem nesse processo de manejo da escrita, observando que cada forma possui um estilo próprio e que as formas das letras seguem essa mesma propriedade.

A terceira situação a ser trabalhada está relacionada a distinção dos sons da fala. Avançada a percepção de que as letras representam sons da fala, agora é pertinente “saber ouvir diferenças linguisticamente relevantes entre esses sons” (LEMLE, 2001, p. 9). Palavras como fé e pé possuem sons semelhantes, mas que se diferenciam apenas por sua consoante inicial.

Com base nessa necessidade de distinção dos sons da fala, o exercício prático de convívio com a escrita auxilia nessa pretensão. A criação de listas de palavras ou ditados, que comecem com o mesmo som, ajuda o educando a perceber as diferenças de entonação na voz e expressão da boca (aberta, fechada) na pronúncia das palavras.

A música e as rimas também amparam nesse processo de diferenciação dos sons, visto que, embora as palavras que rimam apresentam unidades semelhantes, suas pronúncias se fazem de modo a determinar certas diferenças entre ambas. Canções que trazem em suas letras, repetições de sílabas ajudam a compreender os sons e sua entonação, além de se mostrar como uma metodologia atraente para os alunos, se utilizando de algo relacionado ao dia a dia.

Outra importante unidade do conhecimento a ser trabalhada é a consciência da unidade palavra, ou seja, apreender o conceito da palavra. Está associada a uma relação entre conceitos e sequências de sons da fala. “O homem pensa na ideia panela, representa essa ideia pronunciando a palavra [panela] e representa os sons da palavra pronunciada por meio da sequência de letras panela”. (LEMLE, 2001, p. 11).

Atividades como aprender palavras novas: partes do corpo, objetos, bichos ou frutas contribuem nessa percepção do conceito da palavra, em que o educando perceberá que as palavras representam algo, o que colabora para posteriormente em casa ou em outro espaço,

dizer o nome dos objetos que estão à vista, favorecendo assim o processo de construção dessa unidade palavra.

E fechando esses conhecimentos básicos, podemos citar a organização da página escrita, que consiste no reconhecimento de sentenças, representada pelo começo de frase por letra maiúscula e terminando com ponto, ordem significativa da esquerda para a direita na linha e de cima para baixo.

A escrita e recitação de versos produzidos pelos alunos podem contribuir na observação dessa dinâmica organizacional, pois o professor na medida que vai prosseguindo na leitura, aponta no quadro ou cartolina essas expressões organizacionais e os alunos podem compreender na prática esse movimento. O uso de provérbios e trechos de música também podem ser utilizados nessa organização da escrita.

Os respectivos conhecimentos básicos para a leitura e a escrita elencados por Lemle (2001), como: ideia de símbolo, discriminação das formas de letras, dos sons da fala, consciência da unidade palavra e organização da página escrita. Se encontram presentes na Política Nacional de Alfabetização (2019), que preza em sua base conceitual, dinâmicas de consciência fonológica e instrução fônica sistemática, semelhantes a essas noções iniciais para a alfabetização que foram apresentadas anteriormente.

Com isso, depois de percorrido todo esse caminho, temos um aluno mais preparado e de certa forma motivado para aprender a ler e a escrever. Um processo vagaroso e que demanda por parte do professor uma dedicação significativa de tempo, esforço e metodologias relevantes, no sentido de se considerar o uso prático e social da leitura e da escrita.

Nessa perspectiva, “a leitura e a escrita são processos cognitivos que são desencadeados e elaborados em um ambiente socialmente favorável”. (ALMEIDA, 2009, p. 8). Com isso, quanto mais traços alfabetizadores tiver o ambiente, mais oportunidades o aluno terá de acessar e absorver toda essa conjuntura organizacional e conceitual do processo de leitura e escrita.

Para construir um ambiente propício ao letramento, o professor deve trazer para a sala de aula e incorporar em sua metodologia o uso de música, filmes, peças de teatro, paródias, desenhos, pinturas, esculturas de papel ou argila e modelagem de objetos. Essas atividades propiciam uma normativa que vai além do uso exclusivo do quadro, provoca interação e faz “com que se movimentem, conversem e vivam todas as possibilidades”. (ALMEIDA, 2009, p. 8).

A leitura também é uma habilidade a ser construída nesse espaço, por meio de uma leitura compartilhada, em que o professor não lê solitariamente, mas envolve o aluno no

processo, através da estimulação da interpretação de imagens, incentivando a decifração do seu conteúdo, leitura de mapas, mapa da cidade, para que os alunos possam identificar a sua casa. Ou leituras de gibis, receitas culinárias, instruções de montagem de objetos, regras de um jogo, etc.

Todas essas atividades proporcionam uma consciência linguística, que significa a característica de ligar um elemento ao outro, identificar justaposições e relações que efetivará a alfabetização da criança. Uma percepção que é desenvolvida “com o contato com textos, leituras estimulantes, de modo que, se tem contato com a palavra feliz, quando se encontrar infelizmente, felizmente, etc., certamente reconhecerá a familiaridade entre os termos”. (ALMEIDA, 2009, p. 8). Evidenciando se assim, que quão mais rico for em diversidade o universo da leitura e escrita, mais estimulante e consciente se tornará o processo de alfabetização.

3.2.1 Procedimentos e atitudes do professor alfabetizador

Almeida (2009) aborda alguns procedimentos que devem nortear a atitude profissional do professor nas suas práticas cotidianas de alfabetização. A exemplificação de tais ações, se mostram relevantes na compreensão do papel do educador nesse processo de leitura e escrita. Pois, como nos mostra Paim (2014),

No processo de aquisição da linguagem oral e escrita a criança não é um sujeito vazio, ela traz conhecimentos socialmente construídos, marcas de leitura e de escrita vivenciadas anteriormente, para o ambiente escolar que devem ser ampliadas e não rejeitadas. (PAIM, 2014, p. 11).

Em um primeiro momento, antes de começar a leitura de qualquer fonte, se mostra necessária uma apresentação do texto, da história, desenho ou livro, apontando o contexto de escrita, elementos demonstrativos e textuais presentes no mesmo, enfatizando a participação de todos os educandos, por meio de uma conversa informal, em que os alunos se sintam confortáveis em participar.

Com isso, o professor percebe quais conteúdos e habilidades pretendidas os alunos já dominam em relação à sua temática, suas vivências sociais e culturais, e como aquele assunto ou conteúdo pode auxiliar os educandos nas suas relações intra e interpessoal, bem como de autonomia, sociabilidade e criticidade.

No momento dessas conversas informais, o docente deve destacar sílabas ou palavras que surgirem das disposições feitas pelos alunos. Esse fato implica modificações da proposta inicial do professor, mas se mostra de grande valia, pois contempla a participação dos alunos

no andamento da aula e indica quão flexível deve ser o planejamento e que sua padronização é um paradigma a ser superado. As significações dos apontamentos feitos pelos alunos devem ser consideradas pelo professor, principalmente porque se referem à realidade de cada sujeito, demonstram as suas relações pessoais e sociais e podem ser usados para a construção e reflexão de um dado conhecimento.

Pode-se, por meio do destaque de uma sílaba, estimulá-los a recordar de coisas que comecem com a mesma sílaba. Por exemplo, ao longo da conversa surgiu a palavra bala, em que o professor irá destacar a mesma, trabalhando com a mesma e incitando a criação de novas palavras por meio do destaque ba, como: babá, banco, balão, etc. E assim escrever um texto com os alunos se utilizando dessas palavras que foram surgindo, e após lê-las com a turma, exemplificando assim, que sílabas geram outras sílabas, palavras, frases e textos e vice-versa.

O ato de justificar a leitura e a escrita que foram propostas também é uma postura louvável por parte do professor, pois demonstra o uso prático e social do escrever e ler, seja para transmitir uma mensagem por meio de uma carta, mensagem, ou ler uma frase para seus pais no dia do aniversário de ambos. Com isso, os alunos percebem que aquilo que eles estão aprendendo na escola tem utilidade na sua vida cotidiana, e assim podem se envolver mais na aquisição dessas habilidades.

Os alunos podem e devem participar do processo de escolha dos gêneros textuais a serem lidos em sala de aula, livros, revistas, gibis, pensamentos ou palavras que queiram ler, coisas que querem fazer, em que o professor é um mediador desse processo e deve incentivar a participação de todos, em que “é necessário que o professor abra espaços para que os alunos possam colocar-se como agentes ativos no processo”. (ALMEIDA, 2009, p. 12).

O professor deve identificar o texto, se é uma fábula, história real ou fictícia, lendas, quem é o autor, o que fala o seu enredo, para que os alunos percebam as semelhanças e diferenças dos gêneros textuais, estabelecendo relações com histórias parecidas, lembrando leituras feitas anteriormente, propondo criação de histórias parecidas ou totalmente diferentes, com finais inusitados, favorecendo assim a criatividade e a imaginação.

O professor deve informar o título do texto e chamar atenção para o que o mesmo recorda, ou que os alunos acham do que se trata, suas expectativas e ao final da leitura, compare a expectativa sobre o título com o que realmente aconteceu, resgatando a ideia central do texto para que percebam as nuances de uma narrativa, suas características e detalhes.

A criação de situações naturais ou imaginárias se mostram relevantes no processo de leitura e escrita, pois demonstram suas funcionalidades e aplicabilidades, em que “a compreensão dos conteúdos que estão desenvolvidos na produção textual é fundamental para o trabalho de alfabetização”. (ALMEIDA, 2009, p. 14). Ou seja, a percepção do uso prático e social da leitura e escrita ajuda no processo de aquisição e entendimento de ambas as competências e a disponibilidade de um canal de consulta, seja um dicionário ou o próprio professor para servir de apoio em um momento de dúvida, auxilia no construir dessas habilidades.

A apresentação de uma diversidade de gêneros textuais é um procedimento inerente ao processo de letramento, e possibilita ao educando um contato com uma diversidade de formas escritas, que elevam a compreensão de uso da leitura e escrita, auxiliando na produção textual dos próprios educandos, em que, se utilizando de variados textos, podem absorver e entender as relações semânticas das palavras e ampliar o seu vocabulário.

Almeida (2009) enfatiza a necessidade e o cuidado de se escolher bons textos, dado que os textos narrativos (contos, fábulas, aventuras, ficção, crônicas, piadas) são importantes para proporcionarem uma viagem literal sobre as letras, uma realidade imaginária, que suscita imaginação e criatividade. Os relatos (diários, notícias, reportagens, depoimentos) apresentam algo da vida pessoal ou do cotidiano e auxiliam o educando a se interagir e se colocar em situações que estão sendo vivenciadas por outros sujeitos.

Os textos argumentativos (diálogos, cartas, ensaios) expositivos (verbetes de dicionário, artigos opinativos, livro didático) e instrucionais (receitas, manuais de operação e uso, regras de jogos, bulas de remédio, regimentos e estatutos) servem para que os alunos compreendam a linguagem científica, os métodos de produção e de certa forma criticar a realidade apresentada, e propor ações por meio de uma produção textual que busque relacionar os conteúdos das diversidade de gêneros que foram disponibilizados e quais relações podem ser estabelecidas entre eles.

Com base no que Almeida (2009) indicou e que foi exemplificado nesse trabalho, segue uma tabela que contempla as atitudes e procedimentos pertinentes ao processo de alfabetização e que devem nortear o trabalho do professor alfabetizador.

Tabela 5. Atitudes e procedimentos no processo de Alfabetização

Atitudes/ Procedimentos	Objetivos
Apresentação do texto- Contexto e elementos demonstrativos e textuais.	Participação de todos por meio de uma conversa informal.

Destacar sílabas ou palavras que surgirem das disposições feitas pelos alunos.	Valorizar a participação dos alunos e importância da flexibilidade do planejamento.
Estimular a recordação de palavras que comecem com a mesma sílaba.	Incitar a criação de novas palavras por meio da sílaba destacada e escrita de um texto coletivo com as novas palavras.
Ato de justificar a leitura e a escrita que foram propostas.	Demonstrar o uso prático e social do ler e escrever.
Incentivar a participação de todos no processo de escolha dos gêneros textuais.	Inserção do aluno no processo de leitura e escrita.
Identificar o texto, estabelecendo o seu tipo, enredo e a autoria.	Percepção das semelhanças e diferenças dos gêneros textuais, constituindo relações com histórias parecidas e proposição de novas histórias.
Informar o título do texto e chamar a atenção para o que o mesmo recorda.	Fazer considerações do texto, suas expectativas, se foram concretizadas, se resgatando a ideia central do mesmo.
Criação de situações naturais ou imaginárias de produção textual.	Demonstração das finalidades e aplicabilidades da escrita e leitura
Disponibilidade de um canal de consultadicionário ou professor.	Servir de apoio em um momento de dúvida.
Apresentação de uma diversidade de gêneros textuais.	Possibilidade de contato com uma diversidade de formas escritas, que elevam a compreensão de uso da leitura e escrita.
Necessidade e cuidado de escolher bons textos.	Proporcionar uma viagem literal sobre as letras, se colocar em situações fictícias ou realistas, compreender a linguagem científica, os métodos de produção e de certa forma criticar a realidade apresentada.

Fonte: Adaptado Almeida (2009)

Podemos observar nessas atitudes uma preocupação em ir além do simples ato de ler a história, apresentando se o título, enredo e autor, provocando a participação dos alunos e

principalmente validando a sua fala, transformando esse participar em conteúdo escolar, estabelecendo assim uma significação da realidade do educando, que tem em sua disposição uma grande variedade de textos, auxiliando assim no processo de construção do sujeito como cidadão.

2.3 Conceitos e diretrizes importantes para a formação do alfabetizador

O trabalho docente está repleto de conteúdos conceituais que o educador deve ter domínio para exercer a sua profissão com notável eficiência. São conhecimentos e normativas necessárias à prática docente, e sua observação se evidencia de grande valia para a concretização do processo de construção da leitura e escrita.

Um importante conceito, que deve nortear a prática pedagógica do professor é o reconhecimento das fases da escrita. Essa noção de desenvolvimento se mostra relevante no processo de alfabetização, pois, “para que você possa acompanhar o processo de aquisição e desenvolvimento da escrita, é necessário observar as fases do processo”. (ALMEIDA, 2009, p. 10).

Ferreiro e Teberosky (1999) propõem níveis evolutivos que os educandos passam durante o processo de aquisição da escrita. O nível 1- Estabelece que a criança irá escrever, conforme sua forma básica, ou seja, reproduzir os traços típicos da sua escrita. Nesse nível, como se observa na figura seguinte, o educando se utiliza de marcas, desenhos, números ou letras aleatórias para representar a escrita.

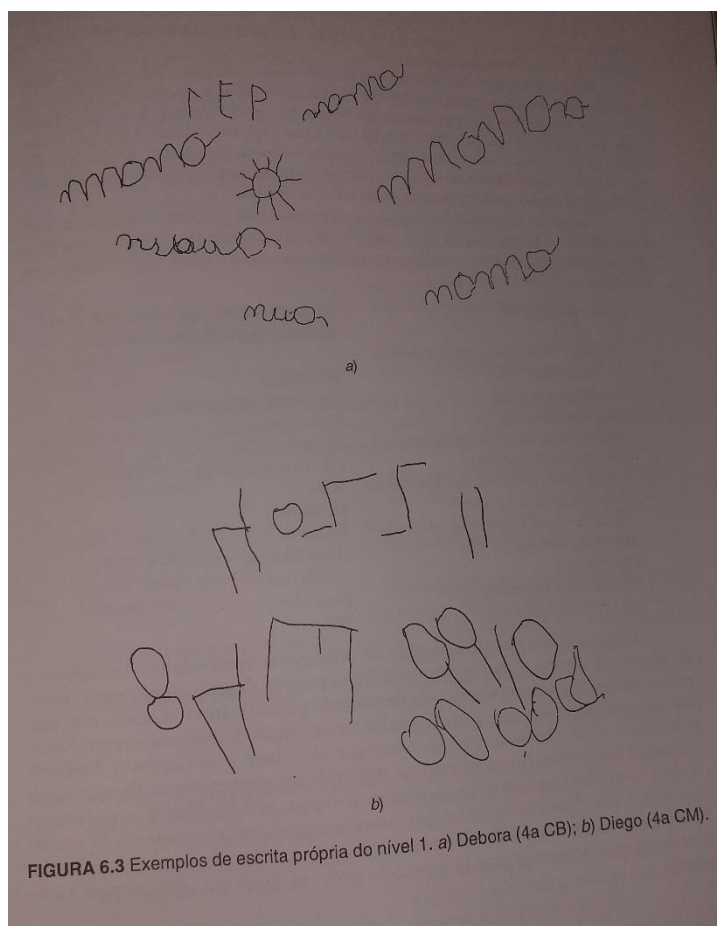


FIGURA 6.3 Exemplos de escrita própria do nível 1. a) Debora (4a CB); b) Diego (4a CM).

Exemplo de escrita própria do nível 1. Fonte: Ferreiro e Teberosky (1999)

Cumpra aqui mencionar que se tinha a intenção de se observar os níveis de escrita elencados por Ferreiro e Teberosky (1999) nas escolas em que se fez a pesquisa de campo. No entanto, com a pandemia do COVID-19 e o subsequente fechamento de escolas e isolamento social não foi possível fazer tal observação.

Se utilizando de exemplos de escrita, retirado do livro das citadas autoras e que evidencia de maneira objetiva as características da escrita nesse nível, como: a utilização de desenhos, letras aleatórias e garatujas. Nesse nível, o educando se utiliza de marcas, desenhos, números ou letras aleatórias para representar a escrita.

É relevante nesse nível, em relação a interpretação da escrita, a consideração por parte do professor, que a intenção subjetiva do escritor deve se sobrepôr as diferenças ao resultado objetivo. Ou seja, a mensagem vale mais do que o conteúdo escrito.

Seguindo essa evolução, o nível 2- Começa a se questionar sobre o uso da escrita para atribuir significados. O grafismo é mais próximo das letras, cada letra vale como parte de um todo e não tem valor em si mesma, uso de letras do próprio nome, proeminência marcante da

escrita em maiúscula de imprensa sobre a cursiva, como pode ser observado no exemplo a seguir, que demonstra claramente as características enumeradas anteriormente.

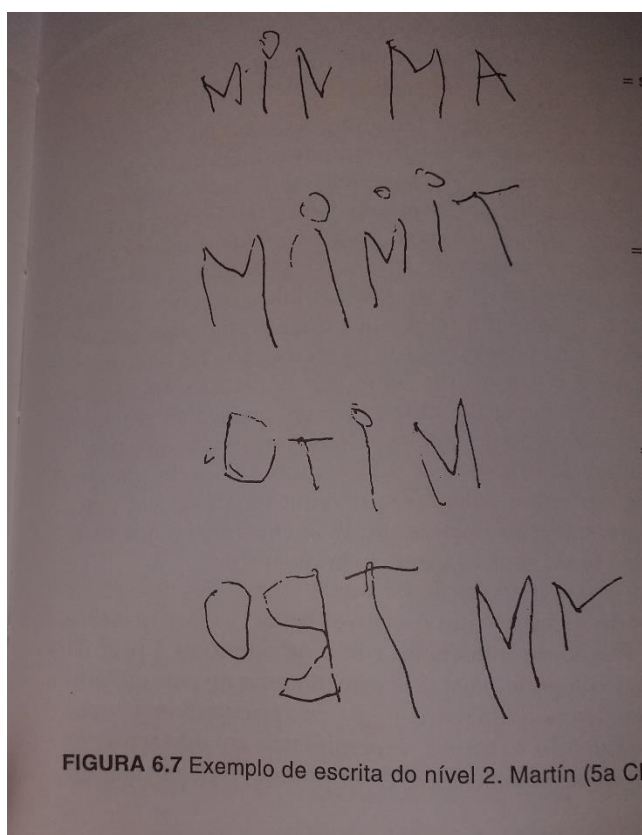


FIGURA 6.7 Exemplo de escrita do nível 2. Martín (5a CM

Exemplo de escrita própria do nível 2. Fonte: Ferreiro e Teberosky (1999)

O nível 3, que foi caracterizado pelas autoras por hipótese silábica, está caracterizado pela tentativa de atribuir um valor sonoro a cada letra utilizada na escrita. Ocorre mudanças qualitativas, como correspondência entre partes do texto e partes da expressão oral, em que se tem a conjectura de que a escrita representa partes sonoras da fala, sendo que aos poucos as representações se aproximam das letras que formam o nome.

A hipótese silábica alfabética representa o nível 4 desse prosseguimento evolutivo, em que a criança percebe a necessidade de ir além da hipótese silábica, ou seja, um conflito entre as formas gráficas e a leitura das respectivas formas, o que evidencia a necessidade de buscar novos caminhos para a trilha de sua escrita, como múltiplas perguntas e pedidos de confirmação como por exemplo: Qual é o to; qual é o t?

E para finalizar esse ciclo, temos a escrita alfabética, promulgada no nível 5 dessa evolução da escrita, em que a criança “compreendeu que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever”. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

No entanto, isto não quer dizer que as dificuldades tenham sido superadas, agora esses empecilhos se evidenciarão na ortografia, regras e usos de pontuação. Cabendo uma orientação por parte do professor para a superação das respectivas dúvidas e questionamentos em relação a parte sintática da escrita.

Pode ocorrer de o educando não apresentar os respectivos níveis e seguir direto para uma hipótese alfabética, o que não significa problema em si, mas o que demonstra que o ambiente alfabetizador e os estímulos da família e escola contribuem nesse processo de alfabetização.

A progressão de cada nível apresentado pode não ocorrer de forma homogênea, o que estabelece que certos indivíduos ainda não se encontram preparados para a fase seguinte, se constituindo como um processo inerente a qualquer conhecimento, que com estímulos e dinâmicas, gradativamente os níveis vão sendo superados até se chegar na fase alfabética.

O processo de apropriação da escrita não acontece da mesma forma, tampouco ao mesmo tempo para toda criança, pois algumas delas têm acesso a televisão, internet jornais, revistas, livros, tem acesso a leitura e a escrita muito antes de chegar na escola, mas é necessário registrar também que ainda tem crianças que o primeiro contato com a leitura e a escrita acontece somente na escola. (PAIM, 2014, p. 11)

O erro também é importante nesse processo de alfabetização, pois demonstra onde o aluno ainda não compreendeu as normativas da leitura e da escrita, sendo “de fundamental importância que o professor saiba diagnosticar e avaliar as falhas de escritas cometidas por seus alunos, aproveitando-as como evidencia do patamar de saber já atingido e do ainda por atingir”. (LEMLE, 2001, p. 42).

O saber diagnosticar e avaliar faz parte de um processo significativo, que contribui na aprendizagem dos indivíduos e se mostra como uma diretriz do processo de alfabetização. Leite e Colello (2010) postulam que entre as diretrizes para a alfabetização no contexto do mundo letrado devemos considerar uma revisão dos paradigmas do ensino e do ensino da língua escrita. Essa revisão está relacionada à percepção de o aluno ser tomado como sujeito ativo no processo de aprendizagem da escrita.

Os professores, muitas vezes, não levam em consideração a participação dos alunos em sala de aula, o que ele fala, o que traz de sua casa ou rua, sua experiência pessoal e social. Também não se sentem parte do processo de leitura e escrita, porque não possuem a oportunidade de escolhas dos gêneros textuais a serem trabalhados ou o que escrevem e o por

que escrevem. E como já foi delineado anteriormente, a inclusão do aluno na escolha do texto e a validação de suas participações são essenciais no processo de alfabetização.

A percepção da aprendizagem como processo significativo e contextualizado também faz parte dessa revisão de paradigma. A noção de que o aprendizado deve ser contextualizado com a vida do educando, ser significativo, ter utilidade social e cotidiana. Por isso, a importância de se fazer o uso prático e social da leitura e da escrita, para que os alunos percebam as suas funcionalidades e possam se envolver mais nesse processo. Sendo conduzido por um professor mediador do conhecimento e que propõe sucessivas propostas de leitura e escrita.

Todo esse conjunto de revisão perpassa pela noção de escola, uma percepção de escola como ambiente alfabetizador, em que suas práticas pedagógicas são resultadas da pluralização de experiências com propósitos didáticos e sociocomunicativos, e que considere a alfabetização como uma importante conquista de cidadania pelos indivíduos.

Outra diretriz a ser considerada é a que ressignifica o ensino da língua escrita, esse dar novo significado consiste na superação do imposto, em que se busca o desejado, do fragmentado ao construído, do estritamente escolar ao amplamente vivido e do doado ao construído. São preceitos que perpassam pela significação do saber escolar na vida dos sujeitos e a participação dos mesmos nesse processo de alfabetização.

A reconstituição das relações com os alunos e com a comunidade é uma das orientações a serem levadas em questões no processo de alfabetização, visto que o aluno deve ser compreendido por meio de seu lugar social, seus valores, saberes e dificuldades, se ajustando as propostas escolares ao desenvolvimento cognitivos dos alunos e proporcionando o conhecimento das práticas sociais da leitura e escrita.

Fechando esse bloco de indicações, temos a reconstrução da dinâmica escolar e das práticas pedagógicas, que indicam a multiplicação das experiências de leitura e escrita para a compreensão da função social das mesmas e possibilitar reflexões sobre a aprendizagem, articulando as dimensões escolar e social do conhecimento. Se despertando assim, o hábito da leitura, valorização da escrita e conquista da cidadania.

Essas diretrizes se colocam como um desafio para a escola e professor, por seu carácter drástico de transformação e configuração, mas se figuram como uma necessidade da educação como princípio transformador, que auxilia na formação de sujeitos conhecedores de seus deveres e direitos.

Como vimos, ao longo desse trabalho, um ensino voltado para a questão do letramento, demanda do educador um envolvimento significativo com a praticidade do uso da

escrita e da leitura, no sentido de sempre estar atento à promoção de dinâmicas e atividades que revelem a função imediata do aprendizado linguístico e escrito, em que

Se a alfabetização for conduzida de forma a demonstrar que a leitura e a escrita têm função aqui e agora, e não apenas num futuro distante, é provável que o indivíduo se sinta mais motivado para o esforço que a aprendizagem exige. (CARVALHO, 1995, p.14).

Articulação com o cotidiano, que se mostra essencial no processo de ensino-aprendizagem em geral, e que favorece a concretização das atividades propostas pelo professor. Sendo assim, se mostra relevante nesse estudo a divulgação e análise de dinâmicas e tarefas que propõem a ampliação dos usos da língua e da escrita, para além daquelas do livro didático.

3.4 Atividades que auxiliam na percepção dos usos da escrita e da leitura

Carvalho (1995) e Almeida (2009) nos apresentam um cabedal de sugestões de atividades que favorecem a atenção dos alunos para a presença das coisas escritas e lidas na vida cotidiana, contribuindo no processo de percepção dos variados usos sociais da escrita e da leitura. Na perspectiva do letramento em que: “ Letramento é composto pelas experiências de vida da criança dentro e fora da escola, por meio da interferência dela própria, como elemento desencadeador da ação, uma vez que tenha consciência do mundo e do papel que pode desempenhar nele”. (ALMEIDA, 2009, p. 16).

Nesse sentido, as propostas de atividades foram organizadas seguindo o critério de observação das respostas dos professores entrevistados na pesquisa de campo deste trabalho, no qual a íntegra da respectiva pesquisa será abordada no próximo capítulo.

Destarte a isso, essas proposições de atividades servem como exemplos de metodologias que expressam o letramento. Deste modo, quando indagados sobre os procedimentos utilizados para alfabetizar as crianças, os entrevistados responderam a Leitura e o Alfabeto Móvel como importantes elementos desse processo.

Sendo assim, algumas ações que podem favorecer esse percurso é a solicitação por parte do professor de um passeio pela escola pedindo que os alunos olhem, observem e tentem descobrir o que está escrito em diferentes lugares. Como são alunos que estão ainda no processo de alfabetização, talvez tenham certas dificuldades, mas o grande cerne dessa dinâmica é a percepção de um uso prático da escrita (nome da escola, placas e números das portas).

Nessa mesma perspectiva, outra atividade a ser elaborada é a solicitação por parte do professor, que os alunos tragam coisas escritas em diferentes objetos: rótulos, embalagens, latas vazias, revistas, material de propaganda, anúncios, etc. O objetivo dessa dinâmica é a observação dos usos da escrita em objetos do cotidiano do indivíduo.

A exploração de materiais, como cartas, receitas, dicionários e documentos pessoais servem de reflexão sobre o que dizem esses escritos e para que servem, constituindo assim uma oportunidade de manipulação desses objetos, observação de aspectos formais da escrita e ampliação do olhar dos alunos sobre os diversos usos da escrita, em que “a compreensão dos usos sociais da escrita é importante e pode ser facilitada na escola, pela criação de situações de leitura funcional”. (CARVALHO, 1995, p. 45).

Acerca de como o letramento é executado e evidenciado nas práticas pedagógicas, os professores abordaram a participação dos alunos e o responder criticamente como constituintes do fazer pedagógico. Com isso, uma estratégia que contribui para favorecer o envolvimento dos alunos, seria convidar a merendeira da escola para ensinar a receita de uma refeição disponibilizada nesse espaço. No qual o professor indagará o nome das embalagens usadas, com qual letra começa, como se escreve, escrever a receita no quadro e perguntar aos alunos quais palavras começam com a mesma letra, formar frases e construir um texto. Se utilizando da participação de uma funcionária da escola, na construção desse aprendizado e postulando que a

Vivificação exige um compromisso de que todas as atividades sejam estruturadas como situações de desafio, situações problema que cobrem dos alunos mais participação, mais atividade, mais ação, evitando o estado de passividade. (ALMEIDA, 2009, p.17).

Com relação às ações para propiciar a leitura e a escrita, os professores elencaram as dinâmicas e brincadeiras como relevantes atividades desse processo. Desse modo, a utilização de travas línguas auxilia no desenvolvimento da sonoridade das letras e palavras, além de exigir dos educandos uma associação da sonoridade ao traço observado ou registrado, que se exemplifica no som de palavras próximas, mas com significados diferentes. Embora algumas palavras sejam difíceis para as crianças pronunciarem, o educador deve fazer desta atividade um momento de descontração, de descoberta de palavras novas, oportunidade de se explorar as letras utilizadas e o contexto e entendimentos dos alunos em relação a atividade.

O trabalho frequente com o nome dos alunos se mostra uma atividade relevante no processo de alfabetização, porque atribui importância especial ao nome do educando, provoca descoberta de coisas novas observando a escrita dos nomes de colegas e fornece a constatação de nomes que começam ou terminam com as mesmas letras e nomes iguais.

Outro exemplo é utilizar-se da contação de histórias como um momento de aprendizado, mas com divertimento e deleite, que propicie uma viagem na história, em que o professor já tenha lido o texto anteriormente, para verificar a indicação para a turma, se valendo de uma leitura em voz alta, mudando a voz para realçar as emoções, mas sem exageros e explorando as ilustrações presentes no livro.

No tocante à importância do letramento, os professores enumeraram a visão e leitura crítica, como apropriações resultantes do letramento. O que pode ser abordado na utilização de leituras de imagens, por exemplo de placas de trânsito, com o objetivo de o indivíduo reconhecer o ambiente social em que ele está inserido e os formatos das informações que o cercam. Incitando os alunos a perceberem a presença de um texto nessas placas, que são compreendidas pelas pessoas por meio das imagens que elas trazem. Propondo-lhes a criação de novas placas de sinalização, estimule-os a inventar ou pensar em coisas que são ou deveriam ser proibidas, indicações, avisos, etc.

A família também pode auxiliar nesse processo de alfabetização por meio do contato com histórias infantis, folheamento de livros, livros de imagens, incluí-los em situações da vida cotidiana em que se usa a escrita, como: organização de uma lista de compras, preparação de uma receita culinárias, programação da TV, deixar a criança rabiscar, desenhar seu nome e dos familiares, produzir uma carta para um parente querido, são formas informais e divertidas de se fazer uso social e prático da escrita.

Essas proposições de atividades não significam receitas prontas ou a solução das dificuldades que o processo de alfabetização impõe, servem apenas para discutir sobre o fazer pedagógico e como as dinâmicas e atividades contextualizadas podem favorecer a apropriação da escrita e da leitura por parte dos educandos.

Posto que por meio das atividades elencadas se tem a oportunidade de reflexão sobre o uso da escrita e leitura, em que se mostra ao aprendiz que para compreender o texto se faz necessário pensar sobre o que está escrito e não apenas transformar letras em sons, ressignificando o conceito de alfabetização e se utilizando a perspectiva do alfabetizar letrando, em que “o processo deve envolver a compreensão e valorização da cultura escrita, a apropriação do sistema de escrita, a leitura, a produção de textos escritos e o desenvolvimento da linguagem oral”. (LEITE; COLELLO, 2010, p. 179).

4 O LETRAMENTO NO COTIDIANO ESCOLAR

Depois de discorrermos sobre o percurso histórico da alfabetização e do letramento, abordando as concepções desses termos, sua inter-relação e compreender a importância do professor nesse processo. O trabalho se encaminha para uma fase investigativa a respeito da concepção de letramento para professores alfabetizadores, no sentido de verificar como essa temática é experimentada no cotidiano escolar.

Destarte a isso, o respectivo capítulo analisa como o letramento é concebido por professores e coordenadores de duas Escolas municipais da cidade de Tocantinópolis. Neste capítulo apresentaremos ainda os sujeitos envolvidos, além de explanar os dados coletados, observando os objetivos da pesquisa.

4.1 Lócus da Pesquisa

A respectiva pesquisa foi realizada em duas escolas municipais, localizadas na cidade de Tocantinópolis-TO. Sendo elas, a Escola Municipal Professor Antônio Farias e a Escola Municipal Walfredo Campos Maia.

4.1.1 Escola Municipal Professor Antônio Farias

A Escola Municipal Professor Antônio Farias, foi criada sob a Lei nº 588 de 21 de novembro de 1994, que oficializa a denominação de Escolas Municipais. Foi construída na gestão do Prefeito José Bonifácio Gomes de Sousa, tendo o aniversário da instituição comemorado no dia 21 de novembro, de acordo com a referida lei.

Esta instituição foi construída em 1990, iniciou suas atividades em 1991 e contava com 212 alunos matriculados nos turnos matutino, vespertino e noturno, atendendo um público de 1ª a 4ª series do Ensino Fundamental. Recebeu a denominação Professor Antônio Farias em homenagem a notável figura do respectivo professor e por haver prestado um trabalho comunitário incansável na cidade de Tocantinópolis.

Na atual administração, a escola comporta do 1º ao 5º ano nos períodos matutino e vespertino, funcionando da seguinte maneira: Com cinco (05) salas de aula, uma (01) sala multifuncional, todas climatizadas. Sendo (05) turmas no período matutino e (05) no período vespertino. Possui um (01) banheiro masculino, um (01) banheiro feminino, dois (02) banheiros para funcionários, secretaria e direção, sala de professores, cantina, depósito da

merenda escolar, depósito de material de limpeza e ainda conta com um pátio coberto e acessível para atividades pedagógicas, reuniões, eventos, dentre outros.

Tem um total de vinte e cinco funcionários, vinte e dois efetivos e três contratados: 1 diretora, 1 coordenadora, 1 assistente administrativa, 1 auxiliar para aluno com necessidades especiais em sala de aula, 10 professores da sala regular; 1 professor da Sala de Recursos; 1 professor para as aulas de reforço escolar, 3 merendeiras, 4 auxiliares de serviços gerais, 2 vigias.

4.1.2 Escola Municipal Walfredo Campos Maia

A outra Escola contemplada na pesquisa foi a Escola Municipal Walfredo Campos Maia, localizada na Avenida Apolônio Labre, S/N, Vila Pe. Cesáre, na cidade de Tocantinópolis-TO, ao lado da Creche Municipal Maria de Lourdes. Foi inaugurada de acordo com a lei de denominação nº 331, de 13 de fevereiro de 1985 e recebeu o nome em homenagem ao primeiro prefeito de Tocantinópolis-TO. Em 28 de março de 2014, ocorreu a inauguração do atual prédio da escola, devido ao aumento das demandas de alunos e melhores condições de trabalho.

A referida escola dispõe de 10 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, sala de recursos, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE). Atende alunos do Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano, nos turnos matutino das 07 h 15 min as 11 h 40 min e vespertino das 13 h às 17 h 25 min.

A escola possui teto solar, o que contribui para a diminuição do valor da conta de energia, mas não dispõe de bibliotecas e laboratórios, somente cantinho da leitura. Com relação aos funcionários, são 19 (dezenove) entre professores, diretor e coordenadora. Destes, todos têm formação, somente um professor ainda está cursando o curso superior, os outros são formados em Química, Pedagogia, Educação Física, História, Artes e Música.

4.1.3 Os sujeitos envolvidos na pesquisa: professores e coordenadoras

Os sujeitos envolvidos foram duas coordenadoras, uma de cada escola e dois professores da Escola Municipal Walfredo Campos Maia, se observando o critério da voluntariedade de responderem o questionário.

Os professores da Escola Professor Antônio Farias foram convidados a participarem da presente pesquisa, mas, nenhum aceitou o convite, (por questões pessoais, carga horária

exaustiva e desinteresse) mesmo sendo enfatizado a relevância do estudo e a importância da contribuição de todos para a pesquisa.

4.1.4 Perfil e caracterização das coordenadoras

A coordenadora A é do sexo feminino, idade entre 44 a 55 anos, concursada, formada em Normal Superior e não possui especialização em Alfabetização. Em relação à formação inicial, informa que cursou alguma disciplina sobre Alfabetização e Letramento. Considera ainda que a formação recebida em seu curso foi suficiente para desempenhar seu trabalho como alfabetizadora.

A respeito de estágio na área da alfabetização, a entrevistada relata de forma afirmativa que cursou uma disciplina de estágio e que a experiência do estágio contribui na sua prática atual,

Mas só praticando mesmo, para adquirir essa experiência.
(COORDENADORA A).

A coordenadora B é do sexo feminino, idade entre 44 a 55 anos, concursada, formada em Pedagogia e não possui especialização em Alfabetização. Em relação a formação inicial, informa que cursou alguma disciplina sobre Alfabetização e Letramento. Considera ainda que a formação recebida em seu curso, foi insuficiente para desempenhar seu trabalho como alfabetizadora.

Abrindo aqui um parêntese sobre essa afirmação da coordenadora, podemos observar a importância de uma formação acadêmica sólida, que oportunize aos indivíduos, uma base teórica e prática nessa área de alfabetização e letramento, como os estágios.

A respeito de estágio na área da alfabetização, a entrevistada relata de forma afirmativa, que cursou uma disciplina de estágio e que a experiência do estágio contribui na sua prática atual

Pois de certa forma, o estágio é nosso primeiro contato direto com a prática pedagógica, mesmo que seja ainda de forma bem superficial, pois durante o estágio, tem se pouco tempo para perceber toda a conjuntura a qual a escola está inserida. Porém, já é uma oportunidade de saber realmente se quer ou não trilhar o caminho da docência. (COORDENADORA B)

4.1.5 Perfil e caracterização dos professores

A professora A é do sexo feminino, idade entre 33 a 43 anos, concursada, formada em Pedagogia e não possui especialização em Alfabetização. Em relação a formação inicial, informa que cursou alguma disciplina sobre Alfabetização e Letramento. Considera ainda que a formação recebida em seu curso, foi suficiente para desempenhar seu trabalho como alfabetizadora.

A respeito de estágio na área da alfabetização, a entrevistada relata de forma afirmativa, que cursou uma disciplina de estágio e que a experiência do estágio contribui na sua prática atual,

Por proporcionar experiências pedagógicas, mesmo sendo um tempo curto, nos preparando para a atuação na docência após formação. (PROFESSORA A).

O professor B é do sexo masculino, idade entre 55 a 65 anos, concursado, formado em Pedagogia e possui especialização em Alfabetização. Em relação a formação inicial, informa que cursou alguma disciplina sobre Alfabetização e Letramento. Considera ainda que a formação recebida em seu curso, foi suficiente para desempenhar seu trabalho como alfabetizador.

A respeito de estágio na área da alfabetização, o entrevistado relata de forma afirmativa, que cursou uma disciplina de estágio e que a experiência do estágio contribui na sua prática atual,

Pois com a experiência do estágio, hoje tenho mais facilidade para desenvolver atividades com os alunos, levando o aluno a desenvolver conhecimentos e habilidades na leitura. (PROFESSOR B).

4.2 Dados do questionário: análises e discussões preliminares

O questionário foi respondido por duas coordenadoras e dois professores do 2º ano do Ensino Fundamental. Tendo em vista as funções dos sujeitos na pesquisa, o questionário para ambos continha em um primeiro momento, a caracterização, formação acadêmica, e experiência do estágio dos participantes.

A segunda parte delineava questões específicas para cada participante, com base em sua função dentro das escolas. No que tange às coordenadoras, as perguntas versavam sobre a importância do letramento, como o mesmo é trabalhado e evidenciado na escola, subsídios que a escola oferece aos professores alfabetizadores e formação continuada.

Para os professores, as perguntas abordavam sobre a diferença entre alfabetização e letramento, importância do letramento, prática pedagógica, metodologias utilizadas, ações promovidas e conhecimentos teóricos necessários para alfabetizar. Destarte a essas especificidades de questões, a análise do questionário se encontra dividida por cargos, apenas para uma melhor observação das pautas levantadas.

4.2.1 Análise questionário coordenador (a)

Na primeira questão, as coordenadoras responderam sobre a principal diferença entre alfabetização e letramento. Ambas elencaram importantes elementos de diferenciação desses termos.

A coordenadora A, diz que:

Alfabetização desenvolve a aquisição da leitura e escrita. Letramento se ocupa da função social de ler e escrever. (COORDENADORA A).

A coordenadora B, indica que

Enquanto a alfabetização consiste em um processo básico de ensinar as crianças a lerem e escreverem, o letramento vai além disso, fazendo com que o indivíduo adquira o domínio da linguagem escrita e falada, sabendo utilizar nos mais diferentes contextos. (COORDENADORA B)

É perceptível pelas respostas observadas, que as coordenadoras possuem certa clareza acerca dos dois conceitos, evidenciando o caráter de uso prático e social da leitura e da escrita no processo de letramento, o que significa extrapolar o processo básico do ler e escrever, adquirindo a funcionalidade e usualidade dessas competências.

O entendimento das diferenças entre alfabetização e letramento é relevante para o processo de construção do ato de ler e escrever, porque demonstra a necessidade de o aluno entender e praticar a leitura e a escrita em atividades escolares e do dia a dia.

A segunda pergunta abordava sobre a importância do letramento para a vida do educando. Segundo a coordenadora A:

É muito importante, porque com o letramento a criança aumenta a linguagem a todo tempo, se comunicam e compreendem a comunicação das outras pessoas. É possível perceber o desenvolvimento motor, tem mais desenvoltura. (COORDENADORA A)

A coordenadora B enfatiza que:

O letramento trará uma apropriação maior ao em saber utilizar a leitura e a escrita de acordo com diferentes contextos sociais, terá também facilidade de elaborar discursos, interpretar e compreender textos, fazer reflexões, colocar

raciocínio em palavras e outros. Tudo isso são apropriação que o educando adquire com o letramento. (COORDENADORA B)

Mediante as respostas é notória a relevância do letramento, principalmente para a comunicação dos alunos, como enfatizou a coordenadora A. Já a coordenadora B aborda a questão dos diferentes contextos sociais, ou seja, o uso da leitura e escrita nos mais variados espaços e funções, demonstrando o seu uso prático e social.

Na terceira pergunta, as coordenadoras responderam acerca de como a alfabetização e o letramento são trabalhados na escola. Para a coordenadora A

Algumas metodologias são utilizadas, como trabalho em grupo, leitura de fichas, curtindo a leitura, apresentação das leituras, ditados de palavras, ilustridades, etc. (COORDENADORA A).

A coordenadora B lembra a continuidade dos processos de alfabetização e letramento, em que:

Primeiramente é esclarecido ao docente a importância de compreender que esses dois processos de ensino não ocorrem de forma isolada, ou seja, ao mesmo tempo em que o indivíduo é alfabetizado, ele pode iniciar um processo de letramento e levar por toda uma vida, pois isto se torna uma necessidade no dia-a-dia, dos docentes, discentes e todos que tem como objetivo de vida uma aprendizagem infinita. (COORDENADORA B)

A partir desse conjunto de resposta, percebe-se na fala da coordenadora A, uma certa preocupação apenas com a leitura, não se evidenciando atividades de escrita ou dinâmicas grupais. A coordenadora B, não explicitou como o letramento é trabalhado em sua respectiva escola, mas citou a importância de se compreender alfabetização e letramento como um processo contínuo, onde não se estabelece a partir de qual momento se inicia um processo ou se conclui o outro. Sob uma perspectiva já evidenciada neste trabalho: Alfabetizar letrando, que consiste na apropriação do sistema de escrita e leitura, por meio do seu uso prático e social, se utilizando de variados gêneros textuais e literários.

A quarta pergunta indicava como o letramento é executado e evidenciado na escola. A coordenadora A, diz que:

Através das atividades realizadas, de acordo o planejamento do professor e evidenciado com o resultado das atividades realizadas. (COORDENADORA A).

Para a coordenadora B,

Como sabemos que o letramento tem seu início até mesmo antes do processo de alfabetização e se estende por toda a vida. O primeiro entendimento é saber que o educando que adentra a escola já tem consigo um conhecimento,

uma leitura de mundo, mesmo que as vezes não saiba utilizar em diferentes contextos. E cabe a escola auxiliar nesse domínio e uso da escrita e leitura nos mais diferentes contextos. A partir dessa compreensão do professor, da necessidade do aluno, podemos evidenciar a execução do letramento no fazer pedagógico do professor, nas suas ações do dia-a-dia, desde o seu planejar a execução das suas atividades em sala de aula, a qual pode ser dentro ou fora dos muros da escola. Pois além do professor, toda a escola também faz parte deste ambiente de letramento do indivíduo que adentra a escola. (COORDENADORA B).

Com base nas respostas das coordenadoras percebemos certas diferenças em relação a essa questão. A coordenadora A transfere totalmente a execução e evidenciamento do letramento para o professor, com base no planejamento e realização das atividades do mesmo, não contemplando em sua fala, por exemplo, o oferecimento de espaços físicos condizentes com a dinâmica do letramento.

A coordenadora B enfatiza que o letramento é executado no instante que as crianças chegam a escola com um certo conhecimento de mundo, e a escola auxilia para ampliar esse conhecimento e o uso da escrita e leitura em diversas práticas sociais. Fala ainda que o letramento é evidenciado no fazer pedagógico do professor e em suas ações diárias seja dentro ou fora da escola, com participação de outros agentes educacionais.

Essa fala da coordenadora, retoma a importância da compreensão de que as crianças chegam a escola, familiarizadas com a leitura e a escrita, cabendo a escola propulsar esse processo. Sendo tarefa não exclusiva do professor, mas sim de todo o corpo humano da escola.

Na quinta questão, as coordenadoras responderam sobre os subsídios que a escola oferece aos professores que trabalham com a alfabetização. A coordenadora A indica alguns elementos, como:

Momentos para planejar; Horas atividades; Acompanhamento pedagógico; Formação continuada; Materiais concretos; Aulas de reforço; Apoio familiar; Eventos (materiais tecnológicos). (COORDENADORA A).

A coordenadora B fala que

Pode-se citar a formação continuada dos professores, que vem ocorrendo dentro das necessidades dos professores, na medida do possível. A escola tem buscado junto a Secretaria de Educação também oferecer recursos tecnológicos aos professores, para que os mesmos possam ter um leque maior de recursos ao planejarem e efetivar suas práticas pedagógicas. Tento também na medida do possível subsidiar os professores com recursos pedagógicos e didáticos. (COORDENADORA B)

Ambas as coordenadoras citam a formação continuada como um importante subsídio oferecido pela escola ou Secretaria de Educação, assim como recursos tecnológicos, pedagógicos e didáticos. Na fala da coordenadora A se nota também dois importantes elementos do processo de letramento: momentos para planejar e o acompanhamento pedagógico. O planejamento se mostra essencial para se executar uma atividade didático pedagógica, sempre se alinhando os objetivos propostos, conteúdos e a realidade dos alunos.

O acompanhar pedagogicamente, significa a supervisão por parte de coordenadores (as) e diretores (as) acerca das atividades dos professores. Não se constituindo um fiscal, e sim um profissional que subsidiará o trabalho, dando dicas e opiniões a respeito da metodologia e ações, mas, sempre respeitando a liberdade didática do professor.

A última pergunta abordava como a escola trabalha a formação continuada de professores alfabetizadores. Segundo a coordenadora A:

A escola na pessoa da coordenadora, realiza a formação em serviço, os professores falam as suas dificuldades, aí é organizada a formação. A SEMEC, usa o mesmo critério para organizar a formação continuada. Todos os professores participam, afinal todos são alfabetizadores. (COORDENADORA A).

A coordenadora B, diz que:

A escola trabalha a formação continuada com horários definidos do 1º ao 3º ano, com objetivo de estruturar coletivamente os projetos, planos de aula, sequencias didáticas que serão usadas pelo professor em salas de aulas. A formação em serviço acontece de forma coletiva envolvendo as turmas de 1º ao 5º ano, com reflexão em grupo, troca de conhecimentos e atividades propostas, para prática em sala de aula, beneficiando todos os que estão envolvidos nesse compartilhar de situações vivenciadas na realidade educativa, em que se encontram baseada nas Formações Continuada do PNAIC e do documento Curricular do Tocantins e da BNCC. (COORDENADORA B).

A partir das respostas das coordenadoras, se percebe que a formação continuada é um importante complemento na formação dos professores. Na fala da coordenadora A se destaca o termo “formação em serviço”, que consiste em um acompanhamento conjunto, a partir de uma problemática ou dificuldade em comum e que se deduz que ocorra nas dependências da própria escola.

A coordenadora B enfatiza o estruturar coletivamente de projetos, planos de aula e sequencias didáticas utilizadas pelo professor. Acrescenta ainda, que a “formação em serviço” ocorre de forma coletiva, envolvendo professores do 1º ao 5º ano, com troca de conhecimentos e atividades propostas.

Por meio do conjunto de respostas das coordenadoras, elencados ao longo desse tópico, se percebe o quanto a temática do letramento é relevante para o processo escolar. Seja como um uso prático e social da leitura e escrita, nos variados espaços e com diversas funções, quanto a continuidade desse processo, por meio de um alfabetizar letrando.

4.2.2 Análise questionário professor (a)

Na primeira questão, os professores responderam acerca de quanto tempo trabalham com turmas de alfabetização. A professora A diz que há 10 (dez) meses. Enquanto o professor B responde que há mais ou menos 10 (dez) anos.

Percebemos nesse primeiro momento, uma certa diferença de experiência dos professores, a respeito do contato com a alfabetização. As linhas que se seguem podem denotar ou não, se metodologicamente e conceitualmente, esses anos resultam em uma abordagem mais eficaz a respeito da alfabetização e letramento.

A segunda pergunta abordava sobre a principal diferença entre alfabetização e letramento. Para a professora A:

Alfabetização é o desenvolvimento da habilidade do escrever e ler. O letramento é o uso do ler e escrever tendo uma visão crítica social. (PROFESSORA A).

O professor B, indica aspectos ortográficos e semânticos:

A diferença é que alfabetização é o conhecimento das ortografias e leituras de palavras e textos. O letramento é a capacidade de conhecer a semântica do texto. (PROFESSOR B).

Com base nas respostas, se percebe na fala da professora A, um importante conceito inerente ao letramento: visão crítica social. Essa criticidade deve ser fomentada pelos professores, desde o início da alfabetização, fundamentada na leitura de diversos tipos de textos, gêneros textuais e uso prático e social da língua. Ou seja, significa oferecer aos alunos, uma gama de informações, para que os mesmos possam perceber o que ocorre em sua volta e assim, de certa forma transformar a sua realidade.

O professor B se mostra preocupado apenas com o aspecto semântico do texto, seu significado e utilidade. Elementos que são de grande relevância para o aluno compreender, além da ortografia, o uso prático e social do texto e a sua dinâmica textual.

Na terceira pergunta, os professores responderam sobre a importância do letramento para a vida do educando. A professora A mais uma vez cita a visão crítica da realidade como um importante elemento do letramento, pois:

Ao entender a importância da leitura e os benefícios que ela trará, ele terá uma visão crítica de sua realidade e da sociedade, e a utilizando em várias situações cotidianas. (PROFESSORA A)

Para o professor B,

A grande importância é que vem a capacidade de fazer uma leitura crítica do texto, o que esta mensagem quer dizer. Conhecer os gêneros literários é o ponto principal de ter conhecimento de leitura. (PROFESSOR B).

A partir dessas respostas, percebe-se na fala de ambos os professores, a leitura crítica como um importante aspecto do letramento, propiciada entre outras coisas, pela leitura de gêneros literários, textuais e outros. A leitura dilata o vocabulário do aluno, traz informações novas e ajuda o sujeito a se perceber como um indivíduo socializado culturalmente e socialmente.

A quarta pergunta indicava como o letramento é executado e evidenciado na prática pedagógica dos professores. A professora A, diz que:

Após a leitura de cada texto, são feitas questões para saber se o aluno entendeu o que o texto expõe e qual final ele daria para o texto. Os alunos em sua maioria respondem criticamente, expondo o que acham e o que não gostaram, e explicam por que. (PROFESSORA A).

O professor B, indica que:

Na interpretação do texto, se o professor não tiver letramento, ele terá muita dificuldade no ensinar. PROFESSOR B

Na fala da professora A, percebemos que a mesma incentiva a participação dos alunos, e que a partir dessa primícia constrói a sua prática de letramento, como a elaboração de um final alternativo para o texto. Para realizar tal atividade, os alunos devem ter contato com variados textos, atividades criativas e dinâmicas, no intuito de expandir o seu leque de experiências educativas e conhecimento de mundo, para que desse modo possam associar elementos textuais e não textuais, e assim construir uma nova história. Fala ainda que o letramento é evidenciado no responder criticamente dos alunos, no qual, os mesmos relatam o que acham do texto, explicando as suas impressões e considerações.

O professor B, não explicitou como o letramento é executado e vivenciado em sua prática pedagógica. Apenas relatou que sem o letramento, o professor terá dificuldades para ensinar a interpretar textos. O que denota uma relevância de se alfabetizar letrando, no que cerne ao oferecimento de uma gama de textos e produções, para que os alunos possam perceber as nuances do texto, e conseqüentemente compreender os aspectos do mesmo.

Na quinta questão, os professores responderam sobre as metodologias utilizadas para alfabetizar as crianças. A professora A indica algumas, como:

Leitura e escrita do alfabeto; uso do alfabeto móvel; ficha de leitura com as letras e palavras (onde os alunos escrevem e em seguida leem).
(PROFESSORA A)

Listagem semelhante ao professor B:

Leitura oral e escrita; uso de letras moveis; uso de lápis e caderno; uso de fichas e livro didático. (PROFESSOR B)

Ambos os professores citam a leitura e o alfabeto móvel como metodologias empregadas para alfabetizar. A importância de ler variados textos e com diferentes significados, vem sendo discutidos no decorrer deste trabalho e a relevância desse ato se encontra no aprimoramento do interpretar textos, o que contribui para uma formação de visão de mundo e crítica social.

Em que “o conhecimento de mundo se constitui nas experiências que a pessoa tem ao longo de seu percurso de vida e pode ser adquirido tanto em situações controladas, formais, tais como as que se encontram na escola, quanto de modo informal”. (PIETRI, 2009, p. 21).

Sobre o alfabeto móvel, o mesmo oferece aos educandos a percepção das características físicas das letras, ou seja, por meio do contato com um material concreto, o aluno terá meios de reconhecer similaridades e diferenças das letras, e assim compreender e entender como se escreve as mesmas.

Na fala do professor B, nota-se um importante subsídio no processo de alfabetização: o livro didático. Embora seja, muitas vezes, criticado por apresentar leituras e atividades monótonas, o livro pode apresentar sugestões de atividades que auxiliam tanto o professor quanto o aluno no processo de alfabetização e letramento.

Uma decisão de utilização ou não do livro didático, que recai sob a deliberação do professor, pois “[...] o professor é o mais importante mediador entre o aluno e o conteúdo a ser ensinado, pois é quem decide, afinal, que material utilizar em suas atividades de ensino”. (PIETRI, 2009, p. 34).

A sexta pergunta versava sobre ações promovidas para propiciar a leitura e a escrita. A professora A responde:

Dinâmicas (de escrita, em seguida leitura), brincadeiras e jogos.
(PROFESSORA A).

O professor B responde:

Jogos e brincadeiras, dinamização. (PROFESSOR B).

A partir desse conjunto de respostas, percebe-se que ambos promovem ações semelhantes, como jogos, brincadeiras e dinâmicas. Tais elementos contribuem de forma ativa

para a aprendizagem dos alunos, apresentando de modo lúdico os conteúdos a serem ensinados e ao mesmo tempo, inserindo a criança em um contexto social e de interação.

Mas, mais que isso, ao participar do ato de ler e registrar histórias, brincar com rimas e adivinhas, ouvir poemas e parlendas, associar a escrita as situações de jogos e atividades lúdicas, a criança vai também descobrindo a língua como parte de seu mundo, podendo até se configurar como um significativo objeto de prazer e diversão. (LEITE; COLLELO; 2010, p. 112).

A última pergunta abordava sobre os conhecimentos teóricos que um professor alfabetizador deve ter para trabalhar no processo de alfabetização. A professora A, fala que:

Além da formação superior como pedagogia, com as formações continuadas, ofertadas pelo município, que visem o desenvolvimento da alfabetização dos alunos. (PROFESSORA A)

O professor B, segue o mesmo caminho:

Magistério, Pedagogia ou Normal Superior. Além de formações e capacitações. (PROFESSOR B).

Percebe-se pelas respostas dos professores, que ambos contemplam de modo geral, os conhecimentos teóricos oriundos dos cursos de Magistério, Pedagogia, Normal Superior e Formação Continuada. Os professores não explicitaram, por exemplo, as fases do processo de escrita, que significa o reconhecimento e acompanhamento do processo de desenvolvimento da escrita que o aluno se encontra. A partir dessa informação, o professor pode estimular o aluno por meio de um assessoramento individualizado e atividades lúdicas, o seu progredir gradativo para fases posteriores a que ele se encontra no presente momento.

Com base no conjunto de respostas dos professores, elencadas ao longo desse tópico, se percebe a importância do letramento para o processo escolar. Se constituindo como um suporte na interpretação de textos, visão crítica da realidade, leitura crítica do texto e possibilidade de uso da escrita e leitura em variados contextos textuais e sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se dialogar sobre dois importantes temas: alfabetização e letramento. Vimos que alfabetização é o ato de codificar e decodificar as palavras, enquanto o letramento é o uso prático e social da leitura e escrita em variados contextos. Sob uma perspectiva de se alfabetizar letrando, que significa ensinar as letras e palavras concernentemente se explicando e exemplificando os seus significados e usos no cotidiano.

Esse processo de letramento, não anula a alfabetização ou vice-versa, numa perspectiva de *continuum*, onde não se indica quando termina e começa o alfabetizar ou letrar, em que tanto a alfabetização quanto o letramento podem estar presentes em uma mesma prática pedagógica. No que cerne a utilização de diversos gêneros textuais para o reconhecimento e aprendizado das letras, ou seja, ao invés de o professor ensinar uma respectiva letra, apenas pela escrita da mesma no quadro ou caderno, pode-se fazer uso de textos, histórias, receitas e listas para ampliar a forma de abordagem oferecida as crianças.

O uso de uma gama extensa e diversificada de textos, reflete o uso prático e social da leitura e escrita, demonstrando aos alunos a função das mesmas no cotidiano e como o próprio aprendiz pode-se utilizar dessas ferramentas, para perceber criticamente a sua realidade pessoal e local, e assim tentar mudar o que se passa a sua volta.

A escola nesse sentido, deve proporcionar o contato das crianças, com os mais variados textos e atividades desafiadoras, que favoreça o ensino e aprendizagem, assim como a expressão de sentimentos, articulação de ideias, interpretação do mundo e visão crítica, promovendo assim a articulação do uso prático e social da leitura e escrita.

Sendo o professor, o mediador desse processo, com o intuito de ir além do saber ler e escrever, proporcionando aos alunos, uma viagem literal sobre as letras, se colocar em situações fictícias ou realistas, compreender a linguagem científica, os métodos de produção e de certa forma, criticar a realidade apresentada.

A pesquisa com as coordenadoras e os professores, demonstrou que a percepção crítica, a comunicação e o uso da leitura e escrita em diferentes contextos sociais são atribuições que o letramento “desperta” no educando, o que aponta que a relevância de se alfabetizar letrando está relacionada a um caráter social, de percepção política e grupal, e não apenas um decodificar e codificar de letras ou palavras.

Com isso, se observou durante este trabalho, que a importância de se alfabetizar as crianças na perspectiva do letramento está relacionada ao incentivo da leitura, suporte na interpretação de textos, leitura crítica do texto e do mundo e possibilidade de uso da escrita e leitura em variados contextos textuais e sociais, o que reforça o caráter usual e significativo do letramento, em que ao se alfabetizar letrando, o sujeito além de decodificar as letras percebe o seu uso prático e social, se expandindo sua concepção acerca da leitura e escrita.

Portanto, alfabetizar letrando significa ir além do usual ensinar a ler e escrever, é se utilizar dos mais variados textos narrativos, receitas e utensílios do cotidiano, para demonstrar que a escrita e a leitura possuem uma utilidade e função expressiva na vida das pessoas, e que a usualidades dos códigos linguísticos e escritos ocorrerá por toda a vida do sujeito, o que denota que esse aprendizado deve ocorrer de maneira dinâmica, fluída e objetiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Práticas de alfabetização e letramento**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**. 6 ed. São Paulo: SP, 1993.

CAPOVILLA, Alessandra Gotuzzo Seabra; CAPOVILLA, Fernando César. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memmon, 2007.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo ente a teoria e a prática**. -6 ed-. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/ Jun/ Jul/ Ago. nº 14. p.108-128. 2000.

LEITE, Sergio Antônio da Silva; COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e letramento: pontos e contrapontos** . 2 ed. São Paulo: Summus, 2010.

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Portal MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em 17 de junho de 2020.

PAIM, Marilane Maria Wolff. Alfabetização e letramento: um estudo sobre as concepções que permeiam as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores. In: **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1755-0.pdf. Acesso em 17 de junho de 2020.

PIETRI, Êmerson de. **Práticas de leitura e elementos para a atuação docente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

PPP (Projeto Político Pedagógico). Escola Municipal Professor Antônio Farias. Tocantinópolis, 2019.

PPP (Projeto Político Pedagógico). Escola Municipal Walfredo Campos Maia. Tocantinópolis, 2019.

SEABRA, Alessandra Gotuzzo; DIAS, Natália Martins. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. **Revista Psicopedagogia**. São Paulo, v.28, n.87, p. 306- 320, 2011.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. - 4 ed.- Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COORDENADOR (A)**Bloco I- Dados Gerais**

1. Sexo Feminino Masculino

2. Idade

Entre 22 a 32 anos 44 a 55 anos

33 a 43 anos 55 a 65 anos

3. Vínculo Empregatício

Concursado/ Efetivo Contrato

Bloco II- Dados Formativos

1. Formação Acadêmica

Pedagogia Outros. Qual _____

2. Possui especialização em Alfabetização

Sim Não Formação Complementar.

Bloco III- Questões relacionadas a formação inicial

1. Considera que a formação recebida em seu curso foi suficiente para desempenhar seu trabalho como alfabetizador (a)

Insuficiente Suficiente

Regular Muito Suficiente

2. Durante sua graduação, você cursou alguma disciplina sobre Alfabetização e Letramento

Sim Não

3. Durante sua graduação, você teve estágio na área da alfabetização

Sim Não

Se sim, responda à questão a seguir, se não, responda o bloco IV.

4. A experiência do estágio contribuiu na sua prática pedagógica atual? Como.

Bloco IV- Questões específicas

1). Na sua visão, qual a principal diferença entre alfabetização e letramento

- 2). Qual a importância do letramento para a vida do educando.

- 3). Como a alfabetização e o letramento são trabalhados na escola?

- 4). Como o letramento é executado? Como isso se evidencia?

- 5). Quais subsídios à escola oferece aos professores que trabalham com a alfabetização?

- 6) Como a escola trabalha a formação continuada de professores alfabetizadores

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PROFESSOR (A)**Bloco I- Dados Gerais**

1. Sexo Feminino Masculino

2. Idade

Entre 22 a 32 anos 44 a 55 anos

33 a 43 anos 55 a 65 anos

3. Vínculo Empregatício

Concursado/ Efetivo Contrato

Bloco II- Dados Formativos

1. Formação Acadêmica

Pedagogia Outros. Qual _____

2. Possui especialização em Alfabetização

Sim Não Formação Complementar.

Bloco III- Questões relacionadas a formação inicial

1. Considera que a formação recebida em seu curso foi suficiente para desempenhar seu trabalho como alfabetizador (a)

Insuficiente Suficiente

Regular Muito Suficiente

2. Durante sua graduação, você cursou alguma disciplina sobre Alfabetização e Letramento

Sim Não

3. Durante sua graduação, você teve estágio na área da alfabetização

Sim Não

Se sim, responda à questão a seguir, se não, responda o bloco IV.

4. A experiência do estágio contribuiu na sua prática pedagógica atual? Como.

Bloco IV- Questões específicas

1). Trabalha há quanto tempo com turmas de alfabetização?

- 2). Na sua visão, qual a principal diferença entre alfabetização e letramento?

- 3). Qual a importância do letramento para a vida do educando.

- 4). Como o letramento é executado em sua prática pedagógica? Como isso se evidencia?

- 5). Quais metodologias você utiliza para alfabetizar as crianças?

- 6). Quais ações você promove para propiciar a leitura e a escrita?

- 7). Quais conhecimentos teóricos você acha que um professor alfabetizador deve ter para trabalhar no processo de alfabetização?